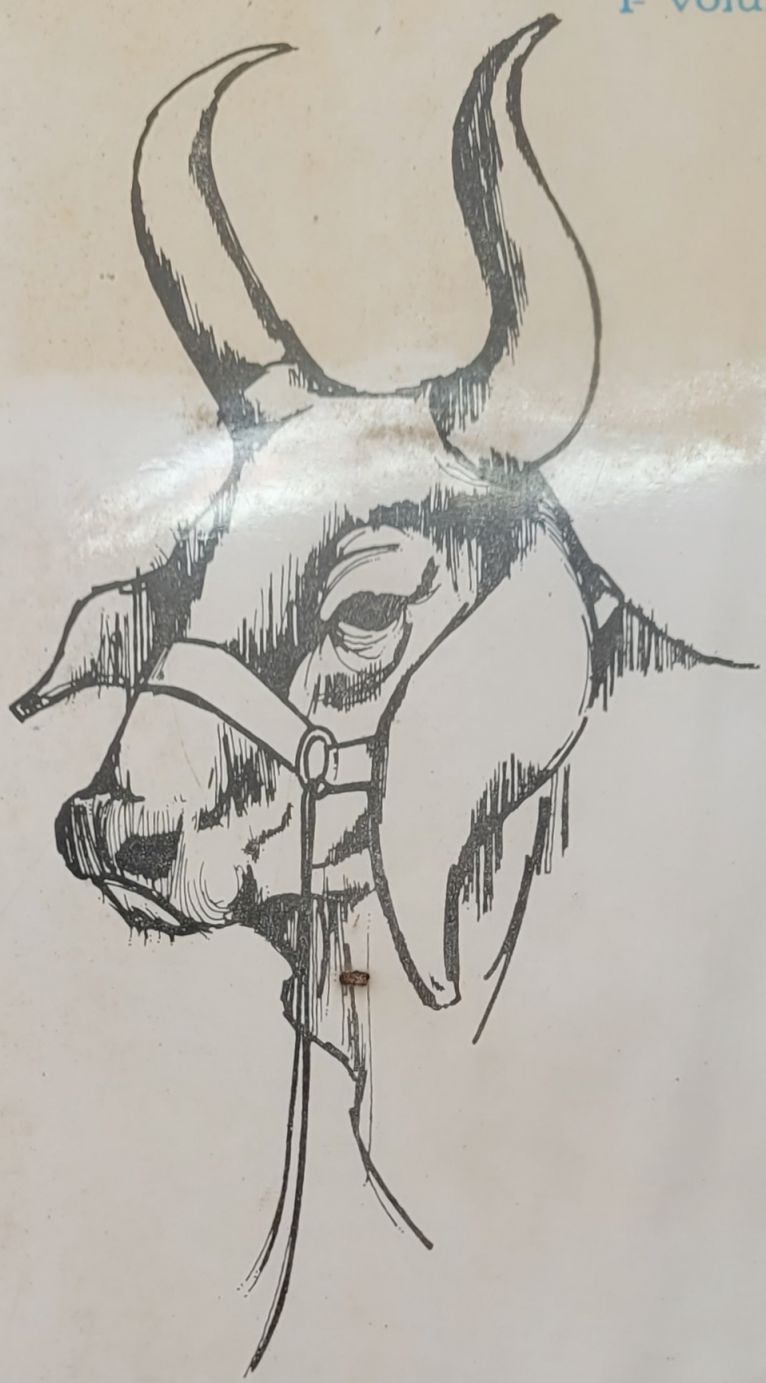
Governo
do
Estado do Ceará

SUDEC

Superintendência
do
Desenvolvimento
do
Estado do Ceará

ESTUDO DO REMANEJAMENTO DA PECUÁRIA NA ZONA NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

1º volume



departamento de recursos sócio-econômicos

divisão de estudos economicos

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARA & UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ - Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará - 1º volume. 1786.

C.D.U. 636/639(813.1-17)

ESTE TRABALHO FOI COORDENADO PELA HISTORIÓGRAFA LUCIARA SILVEIRA DE ARAGÃO E FROTA, A QUEM COUBE TAMBÉM REDIGI-LO, CRIAR OS MODELOS DE FICHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E REALIZAR A ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA SOBRETUDO NO SETOR DA PECUÁRIA NA ÁREA DEFINIDA NO ESTUDO.

A HISTORIÓGRAFA LUCIARA SILVEIRA DE ARAGÃO E FROTA É MESTRA PELA UNIVERSIDADE SÃO PAULO, TEM OS CRÉDITOS DE DOUTORAMENTO JÁ CONCLUÍDOS PELA MESMA UNIVERSIDADE E É PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DO CENTRO DE HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARA - SUDEC

GOVERNADOR DO ESTADO.....	Engº. César Cals de Oliveira Filho
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO.....	Prof. Aristides Braga
SUPERINTENDENTE DA SUDEC.....	Engº Agrº Artur Silva Filho
COORDENADOR TÉCNICO.....	Econ. Cláudio Couto Lóssio.
Serv. de Biblioteca e Documentação....	Bela. Maria Ivonilde da Silva
PROCURADOR JUDICIAL.....	Bel. Esio Rios Lousada
AUDITOR CONTÁBIL E FINANCEIRO....	Econ. Carlos José Silveira dos Santos.
GABINETE DO SUPERINTENDENTE....	Econ. Geraldo da Silva Nobre
DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO.....	Bel. Humberto de Oliveira
Divisão de Finanças.....	Bel. Augusto Carlos Castelo Benevides.
Divisão de Material e Transporte.....	José Hildebrando Callado
Divisão de Serviços Gerais.....	Socorro Santos
DEPTO. DE RECURSOS NATURAIS...	Engº. Agrº. Francisco José da Silva
Divisão de Pedologia e Geologia.....	Engº. Agrº. Francisco José Mendonça
Divisão de Geografia e Foto-Interpretação.....	Geog. Antônio Renato Lima Aragão
Divisão de Experimentação Agropecuária.....	Méd. Vet. Luis Mota Pontes
Divisão de Hidrologia e Recursos Marítimos.....	Engº. Agrº. Miguel Waldery Rolim
DEPTO. DE RECURSOS SÓCIO-ECONOMICOS.....	Bel. José William Praciano
DIVISÃO DE ESTUDOS SOCIAIS.....	Pe. Benedito Genésio Ferreira
Divisão de Estudos Econômicos.....	Econ. José Ailton da Silveira Medeiros
DEPTO. DE DESENVOLVIMENTO MICRO-REGIONAL.....	Econ. Sebastião Almircy Bezerra Pinto.
Divisão de Planejamento.....	Econ. Francisco Holanda Guedes
Divisão de Estudos Especiais.....	Econ. Marcelo Targino Bonfim

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ

SOBRAL - CE

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR: Pe. Francisco Sadoc de Araújo

DIRETOR DA FACULDADE DE CIENCIAS CONTABEIS: Dr. José Cordeiro Damasceno

DIRETOR DA FACULDADE DE ENGENHARIA: Dr. José Mário Pimentel Gomes

DIRETOR DA FACULDADE DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA: Dr. Raimundo Nonato Albuquerque Silveira

DIRETOR DA FACULDADE DE FILOSOFIA: Pe. Joviniano Loiola Sampaio

DIRETOR DO CENTRO DE PESQUISAS HISTORICAS E GEOGRÁFICAS: Pe. João Mendes Lira

INDICE GERAL

I - Apresentação

II - Introdução: Documentação
Método
Tema

III - Levantamento básico da agropecuária no ano de 1788

IV - Situação sócio-econômica das micro regiões da Zona Norte do Estado do Ceará e levantamento relativo às secas dos séculos XVI a XIX.

V - Glossário Popular referente a Agro-pecuária da Região Norte do Estado do Ceará.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Com a sua habitual clarividência lamentava Teilhard de Chardin o fato de o homem moderno, ainda condicionado às amarras do Neolítico, tratar a pesquisa científica como algo acidental e acessório e investir, de modo exclusivo e parcial, somas avultadas na fabricação de armas ou na busca desorientada da produção de alimentos.

Infelizmente, fiel às antigas rotinas, o homem não vê na Ciências senão um meio novo de obter as mesmas velhas coisas: solo e pão. Quase tudo para a produção. Quase tudo para os armamentos. Mas, proporcionalmente, para a pesquisa e para o laboratório, quase nada.

É esta a crua realidade constatada, principalmente se tomarmos consciência de que, em termos globais, são destinados mais recursos para a fabricação de um couraçado do que para o incentivo mundial à pesquisa.

A ser verdadeira a constatação, não poderemos deixar de acolher, com vivo estusiasmo, toda e qualquer iniciativa que objetive o incentivo à pesquisa, especialmente quando visa à busca do desenvolvimento econômico de uma região extremamente necessitada como é o caso do "Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Ceará", pesquisa histórica patrocinada pela SUDEC e tendo a cooperação de nossa Fundação Universidade Vale do Acaraú.

O primeiro volume relativo aos primeiros dados pesquisados aqui está, publicado em excelente forma gráfica, graças à compreensão da Superintendência desta autarquia, bem como a eficiência da Dra. Luciara Silveira de Aragão e Frota, coordenadora do Projeto, e à dedicada equipe de técnicos da SUDEC e de universitários da UVA.

Mais uma vez fica comprovado que as grandes realizações só são possíveis com a colaboração de pessoas que resolvem trabalhar de mãos dadas em um esforço conjunto.

Estão de parabéns a ciência e a cultura cearense pela edição deste volume que fornece dados preciosos para tornar possível o assentamento das bases imprescindíveis à futura construção de projetos destinados ao soerguimento econômico do setor primário na região norte do Estado.

Sobral, 25 de julho de 1974
Pe. Francisco Sadoc de Araújo
Presidente do Conselho Diretor da UVA

A P R E S E N T A Ç Ã O

É com satisfação que entrego às autoridades e aos estudiosos de assuntos cearenses este Estudo do Remanejamento da Pecuária da Zona Norte do Ceará.

Informado de que se trata do primeiro estudo da espécie em todo o Brasil, circunstância de que se deve orgulhar a SUDEC, pelo reconhecimento do valor da contribuição do Historiador nos projetos de desenvolvimento regional, é com prazer que o faço distribuir.

Tratando-se de um trabalho pioneiro, cresce de mérito o serviço prestado a esta Autarquia e ao Ceará pela equipe responsável, notadamente sua Coordenadora, Professora Luciara de Aragão e Frota, Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia do Ceará e Pós graduada em História pela Universidade de São Paulo.

É de inteira justiça mencionar que o estudo ora publicado teria sido impraticável sem a colaboração da Universidade Vale do Acaraú, (UVA) da Cidade de Sobral, através do ilustre Monsenhor Francisco Sadoc de Araújo, presidente do Conselho Diretor.

O Estudo do Remanejamento da Pecuária da Zona Norte do Estado do Ceará fundamenta-se em exaustivo levantamento das fontes disponíveis, inclusive de documentação original, que permitiu a reconstituição da estrutura do criatório na mencionada área do Estado. Mas, o valor deste trabalho não é somente histórico, porquanto se teve em vista encontrar respostas para indagações feitas a propósito da decadência econômica, a que a atividade em apreço arrastou aquela região cearense.

Deve ser dito, para conhecimento dos leitores, e de todos os interessados, que este Estudo terá uma segunda parte, a ser posteriormente publicada, visando a obter o máximo de aproveitamento, em termos de conclusões indicativas de medidas a constar de futuros planos de desenvolvimento do Norte do Ceará, nos quais a pecuária merecerá a atenção a que faz jus, dada a vocação e a tradição do povo cearense em termos de criatório.

Registrando os agradecimentos desta Superintendência a todos quantos participaram da elaboração do presente Estudo, assim procedo na convicção de que eles prestaram, efetivamente, um serviço de real significado para o desenvolvimento do Ceará.

Engº. Agrº. Artur Silva Filho
Superintendente

EQUIPE BÁSICA

Coordenadora

Luciara Silveira de Aragão e Frota - Historiógrafa
Maria de Fátima da Ponte Lopes - Bibliotecônoma

ESTAGIÁRIOS

Joana Eunice Nery
Maria das Graças Josino Rodrigues
Maria de Fátima Viana Lima
Pedro Airton Queiroz Lima

BOLSISTAS

Etelvina Francisca Vasconcelos Parente
Ivone Bertha Paiva Carneiro
Maria Altamir Cavalcante
Maria Lirêda Saboia da Silva

PESSOAL AUXILIAR

Francisca Araújo Nogueira
Francisca Ponte Aragão
Maria das Graças de Freitas
Maria do Socorro Linhares Ponte

DESENHO TÉCNICO

Mauro Alves de Albuquerque

DATILOGRAFIA

Maria Galba de Sousa
Milton Pereira Monteiro

CAPA

Mino

CONFECÇÃO GRÁFICA

Impressão em off-set e capa plastificada - EDITORA JURIDICA LIMITADA.

"De História se pode afirmar que, sem ela, não existiria ciência social. A observação dos fatos, aí, há de abranger o tempo e o espaço. Assim como a História Geral é a matriz da Sociologia, assim também a História Econômica é o prefácio da Economia Política".

J. Papaterra Limongi in ECONOMIA POLITICA E FINANÇAS S.P.

Cia. Editora Nacional. Biblioteca de Estudos Comerciais e Econômicos vol. IV, 1934 p.23.

01. A DOCUMENTAÇÃO

A atividade agropastoril da zona norte do Ceará para o processo de sua integração e de seu desenvolvimento precisá ainda de ser efetivamente dimensionada. Além de referências parciais em livros de formação econômica e outros que abordam assuntos da História local, pouco ainda pode ser dito. Isso porque só através do levantamento dos fatos, com base nas situações que os geraram e na evolução dos acontecimentos, é que se poderá explicar o quadro de mudanças daquela época à atual, e portanto, fornecer subsídios para que se elabore um modelo que possa regenerar o atrofiamento apresentado, a partir do criatório na área.

Para efeito de orientar a leitura e dados sobre a área levantamos alguns dos principais livros que podem ser consultados neste e em outros estudos no centro de pesquisas da Fundação Universidade Vale do Acaraú e nas seguintes bibliotecas de Fortaleza:

LEVANTAMENTO BIBLIOGRAFICO REALIZADO NO INSTITUTO DO CEARA (HISTORICO GEOGRAFICO E ANTROPOLOGICO)

Revista do Instituto do Ceará

a) Relativo aos Municípios da Região

AMARAL, Alberto
- Para a História de Sobral
t. XXXIII, 259-260
t. XLV, 122-132
t. LIV, 272-275
t. LXIV, 203-209
t. LV, 225-226

BRASIL, Thomás Pompeu de Sousa (Sobrinho)
- Contribuição à antropologia física dos índios do Brasil.
t. LVI, 153-193

CAVALCANTE, José Vicente França
- Notas para a história de Sobral
t. XXIII, 160-178

COSTA, João Facundo Vieira da
- Notas políticas e religiosas da Villa de Canindé no Estado do Ceará a datar do séc. passado
t. XX, 53-68

Documento para a história da Egreja de São Francisco das Chagas (Coleção Studart)
t. XXXII, 12-13

LEITÃO, Luís de Sousa, padre
Notas políticas e religiosas da Villa de Canindé
t. XVI, 46-59

PESSOA, João Ribeiro, padre
- Notícia da Freguesia de N. S. da Conceição da Caissara. Ano de 1767
t. II, 136-143 e 147-150

ROCHA, Augusto
Primeiro Centenário da Parochia de Canindé
t. XXXII, 7-11

LINHARES, Fortunato Alves, padre
- Apontamentos para a história e corografia do município e cidade de Sobral.
t. LV, 234-251

LINHARES, Fortunato Alves, padre
- Notas históricas da cidade de Sobral
t. XXXVI, 254-293

MARTINS, Vicente, padre
- Notas bibliográficas do Clero Sobralense
t. XXIV, 146-198
t. LIV, 196-232
t. LV, 141-158

- Notícias histórico-Chrorográphica da Comarca de Granja
t. XXV, 171-200
t. XXIX, 3-57

MATTOS, Cunha, general
Notícia Geográfica e Histórica da Comarca de Granja
t. XXVI, 317-360

ROCHA, Augusto
- Notas Choronológicas de Canindé (secas de 1877-1909)
t. XXVIII, 286-302

Colleção Studart
Para a história de Canindé. Dados históricos sobre a serra do Machado.
t. XXXIV, 221-224

PEIXOTO, Eduardo Marques
- Apontamentos sobre a freguesia de S. Quitéria
t. XX, 69-93

SANTOS, João Brígido dos
- Povoamento do Ceará
t. XIV, 241-248

GIRÃO, Raimundo
- Bandeirismo baiano e Povoamento do Ceará
t. XLII, 5-20

AUGUSTO, José
- Povoamento do Nordeste
t. LIII, 3-20

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de
- Creação da Villa de Sobral
t. V, 109-120

b) RELATIVO À PECUARIA

BRAGA, Renato
- Carne Seca
t. LXI, 149-162

CASTRO, José Luís de
- A pecuária no Ceará
t. XXVI, 132-142

FEIJÓ, João da Silva (1760-1824)
- Memória econômica sobre o gado lanígero do Ceará
t. XXVIII, 367-397

MARTINS, Vicente, padre
- Notícia Histórico-Chorográphica da Comarca de Granja
t. XXV, 171-200
(Refere-se à introdução de gado vacum e cavalar no Ceará)

MENEZES, José Augusto Bezerra de
- Povoamento do Nordeste
t. LIII, 3-26
(trata da criação do gado)
(Referência ao gado Caracu)
t. XII, 75-84

PAULET, Antonio José da Silva
- Indústria de couros
t. XII, 5-53

FONSECA, Paulino Nogueira Borges da
- Quanto valiam em 1734 no Ceará cem cabeças de gado vacum
t. XXXVI, 390-391.

V

LEVANTAMENTO BIBLIOGRAFICO REALIZADO NA BIBLIOTECA DOLOR BARREIRA

1) Bezerra de Menezes, Antônio de, Camocim in: Notas de Viagem, Fortaleza, (s.ed, 1889), pág. 28.

2) Bezerra de Menezes, Antônio de, Granja in: História do Ceará, Fortaleza, (s.ed, 1889), pág. 59.

3) Bezerra de Menezes, Antônio de, Ipu in: História do Ceará, Fortaleza, (s.ed, 1889), pág. 188.

4) Bezerra de Menezes, Antônio de, Ipueiras in: História do Ceará, Fortaleza, (s.ed, 1889), pág. 209.

5) Bezerra de Menezes, Antônio de, Santa Quitéria in: História do Ceará, Fortaleza, (s.ed, 1889), pág. 254.

6) Bezerra de Menezes, Antônio de, Sobral in: História do Ceará, Fortaleza, (s. ed, 1889), pág. 291.

7) Bezerra de Menezes, Antônio de, Itapipoca in: História do Ceará, Fortaleza, (s. ed, 1889), pág. 328.

8) Bezerra de Menezes, Antônio de, São Francisco da Uruburetama (Itapagé) in: História do Ceará, Fortaleza,(s.ed,1889),pág.313.

9) Girão, Raimundo & Martins Filho, Antônio, Acaraú in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 22.

10) Girão, Raimundo & Martins Filho,Antônio,Camocim in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 134.

11) Girão, Raimundo & Martins Filho,Antônio, Canindé in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 139.

12) Girão, Raimundo & Martins Filho, Antônio, Cariré in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 142.

13) Girão, Raimundo & Martins Filho, Antônio, Granja in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 201.

14) Girão, Raimundo & Martins Filho, Antônio, Ipu in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 225.

15) Girão, Raimundo & Martins Filho, Antônio, Itapipoca in: Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 249.

16) Girão, Raimundo & Martins Filho, Antônio, Ipueiras in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 229.

17) Girão, Raimundo & Martins Filho, Antônio, Massapê in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 287.

18) Girão, Raimundo & Martins Filho, Antônio, Santa Quitéria in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 348.

19) Girão, Raimundo & Martins Filho, Antônio, Sobral in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 339.

20) Girão, Raimundo & Martins Filho, Antônio, Uruburetama in: O Ceará, Fortaleza, editôra Fortaleza, 1939, pág. 461.

21) Linhares, Fortunato Alves, Mons. - Notas Históricas da Cidade de Sobral, Sobral, Comercial Gráfica, 1945, 110p.

22) Tupynambá da Frota, José, D. - História de Sobral, Fortaleza, Pia Sociedade de São Paulo, 1953, 700p.

BIBLIOTECA DA SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARA - SUDEC

Araújo, Nicodemos - Município de Acaraú (Notas para sua História) Fortaleza, Imprensa Oficial, 1972.

BNB, Indústrias de Curtumes do Nordeste, Fortaleza, 1964.

IBGE, Acaraú - Coleção de Monografias, nº 926 s/d.

SUDEC, Estudo de Viabilidade Econômica do Porto de Camocim, 1972.

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Alcântaras, 1973

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Cariré, 1973

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Coreaú, 1973

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Groaíras, 1973

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Massapê, 1973

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Meruoca, 1973

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Moraújo, 1973

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Mucambo, 1973

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Pacujá, 1973

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Reriutaba, 1973

SUDEC, Plano de Ação Municipal de Sobral, 1973

SUDEC, Plano de Desenvolvimento da Micro-Região de Sobral, 1973

SUDEC, Metas Administrativas de Acaraú

SUDEC, Metas Administrativas de Camocim, 1971

SUDEC, Metas Administrativas de Irauçuba, 1973

SUDEC, Metas Administrativas de Itapagé, 1973

SUDEC, Metas Administrativas de Itapipoca, 1973

SUDEC, Metas Administrativas de Granja, 1971

SUDEC, Metas Administrativas de Santa Quitéria, 1973

SUDEC, Metas Administrativas de Uruburetama, 1973.

LEITÃO, Luís de Sousa, padre
Notas políticas e religiosas da Villa de Canindé
t. XVI, 46-59

PESSOA, João Ribeiro, padre
- Notícia da Freguesia de N. S. da Conceição da Caissara. Ano de 1767
t. II, 136-143 e 147-150

ROCHA, Augusto
Primeiro Centenário da Parochia de Canindé
t. XXXII, 7-11

LINHARES, Fortunato Alves, padre
- Apontamentos para a história e corografia do município e cidade de Sobral.
t. LV, 234-251

LINHARES, Fortunato Alves, padre
- Notas históricas da cidade de Sobral
t. XXXVI, 254-293

MARTINS, Vicente, padre
- Notas bibliográficas do Clero Sobralense
t. XXIV, 146-198
t. LIV, 196-232
t. LV, 141-158

- Notícias histórico-Chrorográphica da Comarca de Granja
t. XXV, 171-200
t. XXIX, 3-57

MATTOS, Cunha, general
Notícia Geográfica e Histórica da Comarca de Granja
t. XXVI, 317-360

ROCHA, Augusto
- Notas Choronológicas de Canindé (secas de 1877-1909)
t. XXVIII, 286-302

Colleção Studart
Para a história de Canindé. Dados históricos sobre a serra do Machado.
t. XXXIV, 221-224

PEIXOTO, Eduardo Marques
- Apontamentos sobre a freguesia de S. Quitéria
t. XX, 69-93

SANTOS, João Brígido dos
- Povoamento do Ceará
t. XIV, 241-248

GIRÃO, Raimundo
- Bandeirismo baiano e Povoamento do Ceará
t. XLII, 5-20

AUGUSTO, José
- Povoamento do Nordeste
t. LIII, 3-20

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de
- Creação da Villa de Sobral
t. V, 109-120

b) RELATIVO À PECUARIA

BRAGA, Renato
- Carne Seca
t. LXI, 149-162

CASTRO, José Luís de
- A pecuária no Ceará
t. XXVI, 132-142

FEIJÓ, João da Silva (1760-1824)
- Memória econômica sobre o gado lanígero do Ceará
t. XXVIII, 367-397

MARTINS, Vicente, padre
- Notícia Histórico-Chorográphica da Comarca de Granja
t. XXV, 171-200
(Refere-se à introdução de gado vacum e cavalar no Ceará)

MENEZES, José Augusto Bezerra de
- Povoamento do Nordeste
t. LIII, 3-26
(trata da criação do gado)
(Referência ao gado Caracu)
t. XII, 75-84

PAULET, Antonio José da Silva
- Indústria de couros
t. XII, 5-53

FONSECA, Paulino Nogueira Borges da
- Quanto valiam em 1734 no Ceará cem cabeças de gado vacum
t. XXXVI, 390-391.

Castelo, Plácido Aderaldo, Morrinhos in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.I.

Castelo, Plácido Aderaldo, Santana do Acaraú in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.I.

Castelo, Plácido Aderaldo, Uruoca in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.I.

Castelo, Plácido Aderaldo, Apuiarés in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.I.

Castelo, Plácido Aderaldo, Irauçuba in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.I.

Castelo, Plácido Aderaldo, Itapagé in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.I.

Castelo, Plácido Aderaldo, Itapipoca in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.I.

Castelo, Plácido Aderaldo, Uruburetama in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.I.

Castelo, Plácido Aderaldo, Alcântaras in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.III.

Castelo, Plácido Aderaldo, Cariré in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.III.

Castelo, Plácido Aderaldo, Coreaú in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.III.

Castelo, Plácido Aderaldo, Frecheirinha in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.III.

Castelo, Plácido Aderaldo, Groaíras in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.III.

Castelo, Plácido Aderaldo, Ipu in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.III.

Castelo, Plácido Aderaldo, Massapê in: Anuário de Educação do Ceará, Secretaria de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.III.

Castelo, Plácido Aderaldo, Meruoca in: Anuário de Educação do Ceará, Secretária de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.III.

Castelo, Plácido Aderaldo, Morauj o in: Anuário de Educação do Ceará, Secretária de Educação - Estado do Ceará, 1970, v.III.

-x-x-x-

Levantamento Bibliográfico realizado na Biblioteca Teixeira Freitas (IBGE).

IBGE, Acaraú in: Enciclopédia dos Municipios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 19

IBGE, Apuiarés in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará volume XVI, p. 35

IBGE, Camocim in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará volume XVI, p. 111

IBGE, Cariré in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará volume XVI, p. 133

IBGE, Chaval in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará volume XVI, p. 165

IBGE, Coreaú in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará volume XVI, p. 169

IBGE, Fracheirinha in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 228

IBGE, General Sampaio in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 232

IBGE, Granja in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará volume XVI, p. 235

IBGE, Ipú in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 278

IBGE, Ipueiras in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 284

IBGE, Itapagé in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 292

IBGE, Itapipoca in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 298

IBGE, Marco in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 364

IBGE, Massapê in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 367

IBGE, Mucambo in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 404

IBGE, Pacajus ins: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 416

IBGE, Reriutaba in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 465

IBGE, Santana do Acaraú in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 484

IBGE, Santa Quitéria in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 491

IBGE, Sobral in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 512

IBGE, Uruburetama in: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Ceará, volume XVI, p. 548

Biblioteca do Departamento de Sociologia e
Departamento de Comunicação Social
Centro de Humanidade da U. F. C.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros R. J. I.B.G.E. 1959 vol. 16.

FROTA, D. José Tupinambá - História de Sobral
Fortaleza: Pia Sociedade de São Paulo, 1953.

LINHARES, Mário - Os Linhares (Retrospecto Genealógico) 1690-1639
R. S. Irmãos Pongetti Editores. 1939

SUDEC - Tendência da Urbanização e deficit habitacional na Cidade de Crateús. Fort. 1969

- x - x - x -

Preferimos parcelar os resultados da pesquisa, a fim de que ela seja o mais profundo levantamento da pecuária na zona de estudo até os dias correntes, de acordo com a cópia de informações conseguidas.

Assim, temos a honra de dar a lume o primeiro capítulo da pesquisa que enfoca, inicialmente,

a) a metodologia utilizada
b) universo delimitado
c) o dimensionamento do setor estudado (cf. mapa, fig. 1)
d) dados relativos à pecuária que podem ser comparados com os do ano 1788, de onde partiu a nossa pesquisa. (cf. tabela relativa à quantidade atual de cabeças na região em valor em cruzeiros p. 624 e 701)
e) existência do braço escravo numa zona tipicamente de pecuária no século XVIII.
f) utilização de poucos equipamentos agrícolas nas fazendas da região no ano de 1788.
g) dados precisos de exportação de gado pelos portos de Camocim, Acaraú e Itapagé, no ano de 1788.
h) exportação de algodão por mar para Pernambuco, no ano de 1788.
i) relação de foreiros, rendeiros e proprietários no ano de 1788.
j) relação dos sítios, sua extensão e limites no ano de 1788.
l) mapeamento das principais e atuais fazendas de criar da região feito com base nos dados da Sudene (cf. fig. 2 e 3)
m) levantamento topográfico incluindo as principais e atuais fazendas de criar dos municípios de Sobral, Santa Quitéria e Irauçuba, apresentado incompleto por não ter sido concluído pela Sudene.

n) gráficos e tabelas de produtividade agrícola das micro-regiões da área em estudo nos últimos cinco anos (cf. p. 628-633; 640-645; 652-657; 669-675; 682-687 e fig. 1-40) podendo a qualidade e quantidade de produção ser comparada à do ano de 1788.

o) tabelas ilustrativas para consultas, por município da área, compreendendo:

Ano e lei de criação
Instalação
População
Area territorial (cf. p. 625, 637, 649, 661 e 679)
Limites e distritos (cf. p. 626, 638, 650, 662 e 680)

e outras que possibilitam melhor visão da infraestrutura econômica local através de demonstrativos de:

Arrecadação fiscal: volume e órgãos arrecadadores
Número de bancos e cooperativas na região
Fontes de energia elétrica (cf. p. 627, 639, 651, 663, 681)

e que se ligam ao incremento da pecuária como fator de incentivo e de aumento na produção do trabalho.

p) Levantamento dos anos de seca no Ceará do século XVII a XIX.

q) indicativos dos problemas gerais ligados à pecuária e que são pontos de estrangulamento para a sua progressão local.

Cintigimo-nos à utilização do volume 11 dos tomos 1 e 2 da relação de plantação de lavouras e do registro das plantações e criações de gados, no ano da graça de 1788, três anos após a elevação da fazenda Caiçara, de Antônio Rodrigues Magalhães, à situação de Vila Parte do levantamento da Vila de Caiçara feito conforme lemos no termo de abertura dos dois livros originais em que se baseia o nosso estudo:

- "Este livro tem de servir para a Relação das Plantações e Criações de gados deste termo, que na conformidade da Ordem do Ilmo. e Exmo. Snr. Governador Capitão General das três Capitanias deve fazer a Comarca desta vila e remeter por cópia authentica ao dito Snr. do que diz este termo."

Sobral em 20 de novembro de 1788

Ouv. Manoel de Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo.

O texto dos livros obedece a modelo de 8 de março de 1788 do "Capitão mor e Governador e Capitão General de Pernambuco D. Tomás José de Melo para se tomarem a rol todos os nomes de fazendas dos senhores do termo conforme anotação da p. 11 do livro do Registro de Ordens da Câmara de Sobral pelo escrivão Felix José de Sousa e Oliveira em 23 de ju-

nho de 1788. No cumprimento destas determinações a Câmara faz obrigar o registro através de Edital competente em 1º de agosto de 1788 dando o prazo de 2(dois) meses para o seu cumprimento. Os refratários seriam punidos como rebeldes devendo pagar seis mil réis de multa ou cumprir trinta dias de cadeia. devia ser declarado além das terras e gados, a colheita de legumes, e as vendas de tais produtos e "se tem os cercados que se manda fazer e o que defende as plantas dos animais". Pela leitura da documentação nota-se que tal foi omitido pelos declarantes. A cercadura nas zonas de gado parece ter sido mesmo uma exceção em favor da pecuária do sul de Minas Gerais.

Desse levantamento para efeitos fiscais, eis que a atividade maior da região era a pecuária, que possibilitaria o suporte econômico para a existência da máquina administrativa alí montada com o fito de policiar a área, arredando dela os elementos nocivos e desocupados.

O ano de 1788, em que se sitúa o registro mais antigo da documentação, é de importância vital para a compreensão da economia da área, pois oferece um demonstrativo da situação de Sobral nos seús primeiros anos de vila, ainda, marco que se sitúa entre as grandes secas de 1777-1778 e 1790-1793 (1) (Cf. tabelas das secas do Ceará p. 703), o que praticamente anula o fato de encerrar dados isolados. Também se sitúa no período considerado como de apogeu da colônia: 1770-1808, sem contar ser o único ano totalmente documentado sobre o assunto dentro da área, na segunda metade do sec. XVIII.

Lembramos que esta publicação não passa de um introdutório sobre o assunto enfocado e que o material aqui exposto toma forma de uma central de documentação e de informação. Num momento em que o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, do Governo Médici, manifesta a sua preocupação com o envio de documentos originais da História brasileira para exterior (2), temos a certeza de que o trabalho desenvolvido pela SUDEC

---

(1) Os anos de secas no Ceará nos séculos XVII-XIX foram precisados com base em Joaquim Alves in HISTÓRIA DAS SECAS NO CEARÁ. 1º volume, (séc. XVII-XIX) Fortaleza Editôra Instituto do Ceará 1950 e Tomás Pompeu de Sousa Brasil in O CEARÁ NO COMEÇO DO SÉCULO XX Fortaleza typo-Lythographia a vapor, 1909.

(2) Com o título "Documentos Históricos estão Desaparecendo", o jornal O POVO, de Fortaleza, de terça feira, 4 de dezembro de 1973, informa com nota procedente de Brasília - "Preocupado com o fato de documentos históricos brasileiros estarem sendo mandados para o exterior, o ministro Jarbas Passarinho determinou à sua Assessoria Especial que elabore um anteprojeto de lei para impedir que isso continue a acontecer.

Há algum tempo, têm surgido indícios de que os documentos estão sendo levados para o exterior, principalmente Estados Unidos, onde pesquisadores universitários têm realizado estudos, em profundidade da História do Brasil."

Sobre o mesmo assunto ver extensa reportagem em o Jornal do Brasil de 15 de março de 1974.

sob o estímulo e a clarividente orientação do professor Paulo Roberto Coelho Pinto, bem dentro desse espírito nacionalista, é pioneiro na área, pelo inventário minucioso da economia regional, que se prestará à extrapolações por estudiosos das diversas ciências sociais. Entre elas, possibilitará aos estudiosos da economia e do desenvolvimento econômico sopesar dados, em determinado tempo histórico, cotejá-los com os dos dias de hoje e identificar realmentemente o crescimento da economia pecuária, ou seu eventual desfalecimento, e assim possibilitar os meios de sustentar esse setor básico da riqueza regional.

No caso específico de nosso trabalho, tivemos como processo inial o estudo de documentos - Heurística, operação preliminar de conhecimento e seleção de fontes para consulta. O material para estudo localizado e definido excedeu às expectativas em termos qualitativos e quantitativos, pois é todo de fé pública, obedecendo às técnicas de documentação e fundamento legal e dando significativo e inquestionável realce ao trabalho uma vez concluído. As fontes, todas elas inéditas, manuscritas e gastas, têm requerido leitura atenta e transcrição literal para a necessária apreensão do seu conteúdo. Tais documentos contribuem para precisar-se aspectos sócio-econômicos da região em estudo em fins do século XVIII e no século XIX, determinando-se as primeiras premissas necessárias ao conhecimento de como se processa o desenvolvimento global da região. Dispusemo-nos, pois, nestas etapas preliminares da pesquisa subordinada ao título "Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará", a dimensionar o peso deste setor primário na economia da área mencionada, do século XVIII até agora, a fim de poder, posteriormente, estabelecer os cotejos necessários com a referida atividade desenvolvida noutros polos econômico-sociais da época colonial aos dias de hoje e assim detetar as causas reais da deterioração dos níveis deste setor econômico e oferecer um patamar de informações e dados necessários ao esforço de soerguimento e consolidação deste fator essencial da atividade material da área.

Inicialmente, nosso trabalho se ligou ao esforço de identificar no mencionado centro de pesquisas históricas e geográficas da fundação U.V.A., os livros de tombamento da freguesias e vilas, situadas às ribeiras do rio Acaraú englobando também outros municípios de hoje (cf. confrontar mapas fig. 1 e 3). Depois, ao esforço de familiarização com o cursivo da época, à cópia e, por fim, ao somatório dos dados encontrados nos documentos inéditos que assim agrupamos:

COMPRA E VENDA DE GADO

01 - Registro dos bilhetes de gado. 1868. 200 folhas.
02 - Registro de compras e vendas de gado. 202 p. 1885 - 1886 - 1887.

GADO (VENDA PARA CONSUMO)

01 - Registro dos ferros de gado do consumo, com bilhetes de venda dos mesmos gados. 1852. 248p.

02 - Registro dos bilhetes de gado do consumo. 1862. 202p.(com marcas).

03 - Registro dos bilhetes de venda para consumo público. 1872. 197 p. (com marcas).

04 - Registro dos bilhetes de venda de gados recolhidos ao curral público para o consumo. 195p. 1880 - 83. (com marcas)

05 - Registro dos bilhetes de venda de gado para o consumo público. 198p. 1883 (com marcar).

06 - Transcrição dos bilhetes de compras e vendas de gados abatidos para o consumo público. 1887. 100 folhas (com marcas)

07 - Registro dos bilhetes de compras e vendas de gado que se fizeram para serem abatidos para o consumo público. 1888. 150p.(com marcas).

08 - Registro dos bilhetes de gado abatidos para o consumo público desta cidade. 1889. 198p. (com marcas)

09 - Registro dos bilhetes de venda de gados para o consumo público desta cidade. 1892. 198p. (com marcas).

10 - Registro de bilhetes de venda de gados que foram abatidos para consumo público desta cidade. 1895. 70p. (com marcas).

SÍTIOS DA REGIÃO

01 - Relação dos sítios existentes na região do município de Sobral desde 1788 - 1924. Catalogados na administração do Dr. José Jacone D' Oliveira 200p. (com marcas).

02 - Lançamentos dos termos de aforamentos das terras do patrimônio desta municipalidade. 1893. 150 folhas.

03 - Lançamento de termos de aforamentos dos sítios da vila de Meruoca. 1893. 200 folhas.

GADO (Venda para outras localidades)

01 - Registro dos bilhetes de vendas de gado em Santo Antônio de Aracati-Asú. 1875. 100 folhas.

02 - Registro dos bilhetes de venda de gado na Serra do Rozário. 1875. 100f. (com marcas).

03 - Registro dos bilhetes de venda de gado na Serra da Meruoca. 1882. 150f. (com marcas).

FERROS E SINAIS

01 - Registro dos ferros e sinais dos moradores deste município de So-

bral. 1866. 102 folhas (com marcas).

PLANTAÇÕES

01 - Relação de plantações e lavouras. 1788. 254p v. 11. t. 1.

02 - Registro das plantações e criações de gados. 1788. 396 p.v. 11. t. 2.

- x - x - x -

02. O METODO

Sendo a documentação de fé pública não há dúvida quanta à sua força probatória. Procuramos agrupar por assunto os livros existentes no centro de pesquisas da fundação U.V.A., como foi demonstrado quando nos detivemos na documentação. Feito o levantamento, organizamos índices diversos para facilitar o manuseio dos informes e nos detivemos a situar dados necessários ao estudo relativo aos municípios compreendidos na área para posterior organização de tabelas. Buscaram-se elementos que contribuam para precisar aspectos sócio-econômicos atuais e da época estudada e o conhecimento das causas primárias relacionadas com o presente para compreensão do processo de desenvolvimento global da região.

No exame das fontes inéditas, sem uso de microfilmes que facilitariam nosso trabalho, cuidou-se da interpretação correta de abreviaturas e decifração do sentido real e literal das fontes sem destaque de frase ou palavra do texto que integram, usando-se lupas para facilitar a leitura dos manuscritos.

Considerando-se que toda documentação deveria ser convertida também em fonte de consulta, do mais fácil acesso, criou a coordenação um modelo próprio de fichamento, para facilidade do leitor.

No plano geral, pretendemos fazer o mapeamento das primitivas fazendas de criar identificando topograficamente pelo menos um pequeno número de propriedades características para amostragem. Possivelmente, teríamos assim reduzidas a uma mesma unidade, às áreas de criação e agricultura.

Pelos mapas das atuais fazendas de criar (cf. mapas fig. 2 e 3) podemos concluir pela indicação somente das grandes fazendas da região, as quais neste aspecto de grandeza parecem inferiores às do ano base de 1788.

O fracionamento da propriedade pode ser apontado como a causa lógica do processo. Constatamos a homogeneidade da área em termos de ocupação territorial, que tomou por base a pecuária.

Como em História devem ser dosados com parcimônia os questio-

riava de concelho para concelho. O de Lisboa equivalia a 13,8 litros) (Nota: No foral de D. Manuel a Monção, o alqueire corresponde a 20 arrateis ou 9,180 quilos, 1 alq-sangalhês ou da medida velha de Coimbra valia 5,7375 quilos de trigo de 25-VII 1941) (Ant.) Medida para azeite equivalente a meio almude || (Bras.) Medida agrária equivalente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás a 48.400m^2; em São Paulo a 24.200 m^2 || E nos Estados do norte, a 27.225 m^2 || Terreno que recebe um alqueire de semeadura. || - F. ar-al-qail.

BRAÇA

Antiga medida de extensão com termo médio 2,2m (A braça marítima era de 8 pés craveiros ou, 2,54m) || - F. Braço.

QUARTA

|| A quarta parte de alguma coisa || A quarta parte do alqueire, equivalente a 3,45 l. || (Piauí) Medida de 72 litros, para cereais e legumes || (Nôrte) Porção de qualquer coisa, equivalente a 40 litros ||.

LÉGUA

Medida itinerária cuja extensão varia de 2,2 a 7,4 quilômetros, segundo as épocas e os países: 2,2Km (Gália ant.) equivalente a 1.500 passos romanos; 4km (França); 4,24km (Espanha, época colonial); 4,33km (Paraguai); 4,48 (Suiça); 4,83km (usada pelos países de língua inglesa); 5km (usada pelo sistema métrico); 5,2 (Argentina); 5,60 (Bolívia); 5,96 (légua marítima usada por Cristovão Colombo equivalente a 4 milhas italianas)

6km (Brasil); 6,179km Portugal e Brasil, (ant.).

6,6km (Brasil, ant, chamada légua de sesmaria). 7,06km chamada légua real da Espanha.

MÃO

Medida linear equivalente a dois palmos || -

Mão-de-milho - Medida para a venda de milho não debulhado (25 espigas) - (Alagoas 50, Pernambuco 60 (espigas), 64 Rio Grande do Sul).

PRATO

Vaso de forma geralmente ou um pouco oblonga e mais ou menos achatado que se usava no período estudado como medida de capacidade para determinar quantidades de grãos no plantio e na colheita.

SEXTULO

Peso de quatro escrópulos equivalente a cinco gramas e dez centigramas. (Latim Sextula).

nários e entrevistas optamos pelo uso das segundas, principalmente no que concerne ao pequeno glossário ligado à agropecuária.

Procuramos ainda dispor a documentação atual de modo a permitir confrontos e comparações com o ano de 1788, que é indicador de uma época sem registros no que concerne vários dos aspectos do assunto estudado.

Procuraremos ao longo deste trabalho enfocar os fatos não apenas no seu aspecto atual, mas dentro de uma perspectiva diacrônica, que permita uma visão retrospectiva e prospectiva dos fenômenos.

Os dados colhidos com relação aos dias atuais foram dispostos no corpo do trabalho em forma de gráficos, mapas e tabelas.

Para facilitar o uso e durabilidade dos mapas utilizamos envelopes para a sua proteção.

A tentativa consiste em dar informações práticas e objetivas quanto à realidade agropecuária da região e suas possibilidades creditícias e industriais.

Os dados oferecidos estão quantificados e os de agricultura demonstrados também com curvas de produção.

Embora pretendamos fazer a apresentação de outros momentos histórico-econômicos, o de 1788 já se apresenta comparado com a realidade contemporânea. Inclusive, alguns aspectos como crédito, consumo de energia e produtividade são dados que podem elucidar o peso deste setor da atividade primária atual. A inversão dos bancos em agropecuária depende também da procura a cada ano por parte dos interessados. O Banco do Brasil oferece, de acordo com os dados colhidos em sua agência de Sobral, as seguintes modalidades de empréstimos:

a) Fundiários, com recursos do Proterra
b) Investimentos, com recursos do Proterra
c) Custeio Agrícola, penhora da safra pendente.

Tais empréstimos são feitos à base de hipoteca, penhor e recursos próprios (nota de crédito).

Procuramos conceituar as medidas então usadas, com fonte em Caldas Aulette, e assim distribuídas:

ARROBA

Antigo peso de 32 arrateis ou de um quarto de quintal, igual a 14,688 quilogramas: Medida antiga para líquidos equivalente a um almude (16,8 litros) ou mais segundo as localidades". - F. ár. Ar-roba'a (a quarta parte).

ALQUEIRE

Sexagésima parte do moio, medida de capacidade para secos. (Va-

Foram utilizadas neste trabalho as seguintes convenções internacionais (1) e de adoção pessoal:

† † † - Indicando passos corruptos que não se soube emendar bem.

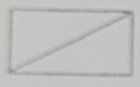
⟨ ⟩ - Indicando palavras que foram acrescentadas.

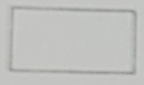
[ ] Palavras delidas, embora transmitidas pelos manuscritos.

**** Usado como indicação de trechos lacunosos nos manuscritos.

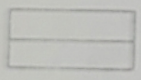
\+ Indicando proprietários analfabetos

X Indicando proprietários arrendadores

 Indicando proprietários exportadores de algodão

 Indicando proprietários exportadores de gado

Indicando venda de algodão dentro dos limites do estado do Ceará

 Indicando venda de gado dentro dos limites do estado do Ceará.

---

(1) Incluídas por José Van Den Besselaar in INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS S. P. Editora Herder 2ª edição, 1958 p.160.

Visitamos fazendas da região para pesquisa in loco e colhemos dados em fontes diversas incluindo em nosso roteiro de pesquisas:

Redação da Revista Pecuária
Redação do Anuário do Ceará
Conselho dos Municípios
I.B.G.E.
D.N.E.R
D.A.E.R.
Ancar
Capitania dos Portos
Cia. Docas do Ceará
Cepa
Alfândega de Fortaleza
Incra
Sunaman
Arquivo Público
Etene
D.N.O.C.S.

Algumas destas entidades, deixaram de colaborar de modo mais efetivo com a pesquisa dada as deficiências de organização de seus arquivos e bibliotecas, por motivos que não nos cabe julgar.

Ouvimos opiniões, orientações e anotamos sugestões e dados de professores, jornalistas, historiadores, veterinários, economistas, advogados, geógrafos, agrônomos dentre os quais podemos citar a colaboração efetiva:

Padre Benedito Genésio Ferreira
Francisco Fonteles
Capitão Francisco Ronald Silva Nogueira
Cônego Francisco Sadoc de Araújo
Padre João Mendes Lira
José Ailton da Silveira Medeiros
Lustosa da Costa
Coronel Manuel Gaspar de Oliveira Teóphilo
Maria Lúcia Ramalho Martins
Odalves Lima
Paulo Maria Aragão
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Renato Aragão
Wilson Noca

Mencionamos de modo especial a valiosa ajuda dada a este trabalho pelos professores Benedito Antº. Freire de Oliveira e Geraldo da Silva Nobre. Agradecemos também aos nossos alunos do Curso de Métodos e Técnicas de Investigação Histórica, do 1º ano profissional do Curso de História do Departamento de Sociologia do Centro de Humanidades da U.F.C. que se empenharam em pesquisas para complementação da primeira parte deste estudo.

Observe-se que neste primeiro volume e nos que se seguirão acreditamos demonstrar que se capacita também o historiador a levantamentos ditos técnicos, não sendo mais compreensível a sua marginalização em programas de desenvolvimento.

03. O TEMA

O acervo do Centro de Pesquisas Históticas e Geográficas, instalando na Fundação Universidade Vale do Acaraú, em Sobral, fornecerá a documentação necessária aos estudos que visam a determinar as causas do que se convencionou chamar de decadência da pecuária na região, e, em consequência, o seu atrofiamento econômico, procurando-se estabelecer diretrizes para a instalação de um complexo econômico em função da pecuária e de seus derivados, e apresentar, ao final, sugestões de modelos de viabilidade para o desenvolvimento da área.

Engloba este estudo cerca de 34 Municípios, (cf. tabelas p. 625-690) compreendidas nas micro-regiões:

1. Litoral do Camocim e do Acaraú;
2. Baixo e Médio Acaraú;
3. Sobral;
4. Sertões do Canindé;
5. Parte de Uruburetama.

Em meados do Século XVII as bandeiras pernambucanas, que se haviam dirigido de começo para o Rio São Francisco, com as entradas de Francisco Caldas, fosse pelo obstáculo da Ibiapaba, isolando o Maranhão, ou pelas vantagens advindas do litoral, desviam-se para a Paraíba e Rio Grande do Norte, e, posteriormente, para os vales do Açu, Apodi, Jaguaribe e Acaraú. Deve ser lembrado o fato de que, embora essas terras seguissem a orla litorânea, permitiram que fosse a pecuária o móvel principal da ocupação, por se confrontarem com as terras de criar gado.

Refluindo do Maranhão, estas bandeiras pernambucanas confluiram com as provenientes do Piauí e transbordaram para o Ceará (1).

---

(1) Para os "sertões de fora", que vão dos sertões da Paraíba até o Acaraú no Ceará, Capistrano de Abreu, in Capítulos de História Colonial (1500-1800), Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1954, p.314, baseado em informações de André João Antonil (João Antonio Andreoni S.J.)

A organização jurídica e social não pode ser entendida sem a compreensão do regime de terras nestes primeiros tempos do Brasil colônia. Terras pertencentes a Ordem de Cristo da qual o rei era o Grão-Mestre. Do ponto de vista jurídico enquadrado como terrenos maninhos, o que significava não poder ser aforados nem aproveitados de modo direto pela ordem nem pelos donatários. O regime de Sesmarias definido nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas fixava e regulava os conceitos. A definição legal sofreu modificações para que pudesse ser adaptada a realidade brasileira, as concessões de terras foram feitas dentro das regras das Ordenações.

Em fins do Século XVII são baixadas determinações - por Carta Régia de 7 de dezembro de 1697 e as Provisões de 2 de janeiro de 1699 e de 19 de maio de 1726 - regulando a extensão das concessões das sesmarias de, quatro léguas no máximo, para três léguas quadradas. O alvará de 5 de outubro de 1795 não permita excedessem as três léguas. Medir e demarcar as sesmarias foi obrigatório a partir de 1753 para que fosse dada a autorização real, só no séc. XIX tal foi contudo observado. Não fora antes obedecida a delimitação padronizada pela extensão das terras, em algumas capitanias estavam fixadas entre uma e meia légua, nos sertões do nordeste e no R.G.S. principalmente foram requeridas sesmarias inclusive ao nome de crianças por nascer, daí a concentração da riqueza fundiária. Uma data média uma légua quadrada (2).

As primeiras sesmarias no rio Acaraú - "pelo rio acima, uma légua para cada banda" (3) foram concedidas em 23 de setembro de 1683, numa área de três por duas léguas, oferecendo o seguinte quadro de concessionários (4)

Concessionários	Morada
Manuel de Gois	Pernambuco
Fernando de Gois	Assistente no Ceará
Francisco Pereira Lima	Assistente no Ceará
Manuel de Almeida Arruda	Assistente no Ceará
Amaro Fernandes de Abreu	Assistente no Ceará
Estêvão de Figueiredo	
Simão de Gois de Vasconcelos (5)	

(2) Raimundo Girão, in Introdução de Sesmarias Cearenses - Distribuição Geográfica, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, 1971.
(3) Quase sempre 9 mil braças de 2,20m. Uma braça tem 10 palmos. Um palmo tem 22 cm. N.A.
(4) Op. Cit. Parte Primeira "Sesmarias" - contribuição do historiador Pompeu Sobrinho.
(5) A "morada" foi aí deixada em branco de conformidade com o original.

Dos primeiros ocupantes do Acaraú, tudo indica que só Manuel de Gois ocupou e demarcou as terras, no local onde hoje está a cidade de Marco, de onde o seu nome. Amaro Fernandes de Abreu, que era padre, foi degredado para Lisboa. E Manuel de Almeida Arruda estabeleceu-se no Jaguaribe, tendo terras também às margens do rio Ceará. Não se encontram vestígios dele (Manuel de Almeida Arruda) nem de sua descendência nos livros de batisados, casamentos e óbitos encontrados na Cúria Diocesana de Sobral, assim como de outros concessionários.

Devem, portanto, tais terras ter sido devolutas.

Quanto a Felix da Cunha Linhares - "que se diz povoador da região do Acaraú" -(6) suas terras (São José da Mutuca, hoje Patriarca) foram o dote de casamento de sua mulher Maria de Sá, filha de Leonardo de Sá, que, com Antônio da Costa Peixoto, ambos vereadores de Aquirás, receberam sesmarias do rio Acaraú, encontrando-se mais tarde tais terras no nome de seus filhos, fato que só se explica por as haverem herdado. Também herdeiro de Leonardo de Sá foi Sebastião de Sá (7), que se casou com Cosma Franca Ribeiro. O outro recebedor de sesmaria no rio Acaraú - Antônio da Costa Peixoto - foi pai de Apolônia da Costa, mulher do Sargento-mor Antônio Marques Leitão, pais de Quitéria Marques de Jesus. Quitéria recebeu de seus pais a Caiçara - de onde se originou Sobral - como dote, ao casar-se com o Capitão Antonio Rodrigues Magalhães. Tais terras ficavam vizinhas às de dois outros irmãos: João Marques da Costa (Marrecas) e Antônio da Costa Leitão (Cruz do Padre).

---

(6) Ibidem, parte 1º, p.1,verso.

(7) Dados do inventário de Sebastião de Sá, encontrado pelo Cônego Francisco Sadoc de Araujo no 3º Cartório de Sobral. Sebastião de Sá vendeu parte de suas terras ao padre Antônio Silveira dos Santos, considerado o fundador de Santana do Acaraú. Por causa de um motim contra o ouvidor Loureiro, em 1728, Sebastião de Sá terminou numa prisão na Bahia. N.A.

Com a Provisão de 15 de março de 1731, ratificada pela Provisão de 13 de abril de 1738, determinou-se que não fossem concedidas sesmarias de mais de uma légua em quadro", excetuando-se a zona do sertão, onde continuavam com três léguas de extensões (8). A partir daí torna-se menos difícil a identificação topográfica aproximada das fazendas de criar de 1788, baseada nos limites expostos nas duas relações apresentadas neste volume. Essa identificação é presumida a partir do que se acorda com Luis de Miranda (9), citado por Raimundo Girão, como tendo prevalecido no Ceará o padrão de duas mil quatrocentas braças, equivalentes a duas varas craveiras ou a cinco palmos ou ainda a dois metros e vinte centímetros por vara, na medida da légua.

Assim, as fazendas se constituiram "em regra com três léguas dispostas ao longo de um curso dágua, por uma de largura, sendo meia para cada margem". As léguas, como não poderia deixar de ser, eram desiguais entre si e quase sempre pequenas (10). A denominação genérica de ribeira advém dessa estrutura de povoamento: fazendas margeiando os rios.

Limitando as fazendas entre si, uma légua de terra permanecia devoluta. Nesses espaços, os donos das fazendas não podiam levantar pontes ou quaisquer outras construções, pois a sua utilidade era a de servir de marco divisório, pela ausência de muros e cercas na região. Tal medida buscava evitar a mistura entre as cabeças dos rebanhos e as incursões do gado nas plantações vizinhas e, mesmo, o seu extravio.

---

(8) Três léguas quadradas correspondiam a cerca de 11.000 hectares. N. A.

(9) In Revista Ceará Judiciário, Fortaleza, Volume 1, fevereiro de 1928, p. 54.

(10) "Roteiro do Maranhão, e Goiás pela Capitania do Piauí", in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 62, 1ª parte, R.J. Imprensa Nacional, 1900, p.p. 60-61.

Entre as razões da rapidez com que se instalaram as fazendas em nossos sertões, ensina Caio Prado (11) que tal aconteceu pelo consumo crescente do litoral, onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira e o povoamento; a pequena densidade econômica e a baixa produtividade da indústria; e pelo pouco pessoal necessário ao trabalho da fazenda sem necessidade de um recrutamento mais seletivo, somados esses fatores às facilidades de construção de uma casa de fazenda. Lembre-se que cada fazenda possuia o número de currais necessários à divisão do gado. Tal dependeria do espaço por ela ocupado e pela quantidade de cabeças. Próximo a cada curral estava o alojamento destinado aos vaqueiros.

A extensão territorial e a escassez de povoamento colaboraram para a formação de várias e grandes propriedades imobiliárias ocupadas com a criação extensiva do gado. Os títulos das propriedades imobiliárias rurais eram, no período correspondente ao Império, concedidas pelo Govêrno Central. Só após a proclamação da República é que as terras devolutas passaram a pertencer aos Estados da Federação.

Apesar da não obrigatoriedade dos títulos de propriedade no registro de imóveis - o que só aconteceria com a vigência do Código Civil, em 1917 - acreditamos poder precisar, em volumes subsequentes, a partilha inicial das grandes propriedades rurais imobiliárias da região, tendo sido algumas delas divididas pelo sistema de condomínio, juridicamente definida como de comunhão de propriedade. Os posteriores desdobramentos demandam novas investigações.

Não se permitia aos capitães-mores e governadores a concessão das sesmarias, a não ser em casos excepcionais.

Houve quando do regime das capitanias uma considerável interrelação dos poderes eclesiástico, jurídico e civil.

As capitanias foram divididas em pequeno número de termos. Estes, frequentemente correspondendo às freguesias, tinham sede nas cidades e vilas. A freguesia formava uma paróquia, e foi usada frequentemente como um setor administrativo por não haver uma separação conceitual entre as atribuições civis e as de circunscrição eclesiásticas. As

---

(11) Caio Prado Junior, in História Econômica do Brasil, S.P.: Editora Brasiliense, 1942, p. 45.

freguesias (paróquias) dividiam-se em bairros, onde se organizavam as ordenanças. Também aí pouco se distinguia a administração civil da militar. As ordenanças serviam ao rei, que era o centro do sistema vigente e a quem pertenciam os agrupamentos fora dos latifúndios particulares. Implantava-se então o Senado da Câmara, com os Juízes Ordinários, Vereadores e outros funcionários.

O criar vilas ligava-se, desse modo, à figura do desbravador do sertão, em função de um senhor: o rei.

As Comarcas confundiam-se, territorialmente, com as Capitanias, podendo, no entanto, abranger mais de uma dessas, ou apenas uma parte da circunscrição administrativa.

No caso o Ceará, criada a Ouvidoria em 1723 o território da Capitania constituiu uma só comarca até 1816, quando foi criada a Ouvidoria do Crato.

Em virtude dos conflitos gerados pela invasão de animais nas plantações, o Govêrno português proibiu a criação de gado no litoral. Ao criador restaram os vastos campos do interior numa atividade de "características radicalmente distintas das da unidade açucareira" (12).

Outro fator para a expansão do criatório no Ceará foi o descobrimento das salinas do Camocim (Commeni) por Gedeon Morris de Jonge em 1640 e a maior proximidade da região com Portugal, possibilitando consequentemente a exportação do sal em condições mais satisfatórias. (13). A maior distância de pontos como Recife e Salvador indicavam como solução o salgamento da carne. Também gado em pé (vivo) foi exportado para a movimentação dos engenhos de Pernambuco. Tais eventos aliaram-se ao fato de que ao homem seria dada a vantagem do seu pedaço de terra e a possibilidade de estabelecimento por conta própria. Essa soma proporcionou povoamento ainda que escasso no quadro antes praticamente desabitado no âmbito da região.

Contudo, a significação econômica dessa ocupação foi das maiores, e a pecuária atuou aqui como atividade econômica básica e não co-

---

(12) Confrontar maiores dados relativos à expansão criadora no Norte in Roberto Simonsem, "História Econômica do Brasil" (1500-1821) S.P. Companhia Editora Nacional, 3ª edição, de 1957 p.157.

(13) Celso Furtado, in Formação Econômica do Brasil, Brasília: Editora Universidade, 1967, p.72.

mo subsidiária do açúcar ou do fumo, como em outras regiões do Nordeste. A pecuária no Sul de Minas Gerais assumiu inclusive características muito próprias, de superioridade técnica relativas aos cuidados com o gado na distribuição regular do sal, por exemplo; na comercialização do leite e emprego de cercas divisórias nas Fazendas. Ainda o regime de trabalho baseado no escravo que não tornou contudo de tendências aristocratizantes, o proprietário das fazendas.

Ao contrário da mineração, o gado não motivou o homem ao enriquecimento rápido sem a preocupação na organização de meios de sobrevivência ou a uma vida de fausto. Com a liberdade e as fronteiras sem limites das fazendas, inclusive durante as secas, o manejo do gado deverá ter tornado difícil o dimensionamento efetivo do espaço que o gado ocupou - cresceram as necessidades de comunicação, de transportes e dos elementos de trocas comerciais. Surgiram as feiras de gado e os rodeios. A melhoria do interior das habitações aumentou a utilidade e prestígio do couro vacum, que foi então usada na produção de cadeiras, tamboretes, baús, alforges, camas para parto e mesmo para ensacamento do açúcar e do tabaco. Tudo então se aproveitava do boi, todavia, parece que usamos o sebo somente para lubrificação doméstica inclusive dos armadores de rede, enquanto no Rio Grande do Sul foi tentado o seu uso industrial em forma de sabão e de lubrificação de coordoaria e outros artigos da Marinha. Em 1788 a indústria de charque já surgira como um meio de comércio na Colônia e a região em estudo, como de resto o Ceará sob o domínio de Pernambuco, é a abastecedora de carne seca daquela praça e "seus contornos" conforme lemos as folhas 14 verso e 15 no livro de Registro de Ordens da Câmara de Sobral de 12 de dezembro de 1786 através da Portaria datada do Recife em 11 de maio de 1788 do Capitão General e Governador Tomás José de Melo, enviada com carta do Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Pernambuco Antônio Xavier de Moraes Teixeira e Homem. Esta portaria é proibitiva de exportação direta ou indireta de carne seca aos portos do Rio de Janeiro e Bahia sem passar pelo porto do Recife a fim de saber se havia ou não falta do produto; e comprova oficialmente a existência de charqueadas no Acaraú e Camucy mencionando também a de Aracaty:

- "Ordeno que daqui em diante em todos os anos das oficinas que estão sitas no Aracaty, Camucy e Aconacu 12 barcas de carne seca ou salgada a que se dá o nome de carne do Ceará e nos diferentes me-

ses (bem entendido naqueles meses em que costumam vir) e Enquanto eu não mandar o contrário os quais 12 barcas de carne são para se venderem nesta praça e uns pelos outros farão boa a venda de 5.000 arrobas (cf. Valor da arroba na parte O Método) de carne que vem a ser o total de 60.000 arrobas e todos as mais arrobas que carreguem nos sobreditos portos com destino de vender para fora das capitanias do meu governo o não poderão fazer sem beneplácito meu sendo sempre obrigados a vir tomar fala nesta barra a fim de saber se está a terra com falta ou abundância daquele gênero para devida sustentação destes poros que tenho a honra de reger, e quem desumanamente intentar fazer o contrário será rigorosamente castigado a meu arbítrio e para que chegue a notícia a todas as praças que contratam neste gênero de tanta importância e primeira necessidade, e para que não possam alegar ignorancia ordeno ao Dr. Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca faça afixar editais do teor da menha ordem ao Dr. Ouvidor Geral da Comarca do Ceará; Câmaras da Vila de Aracaty, Oponja e Sobral para ficarem entendidos desta menha ordem e a fazerem observar". Sobre o mesmo assunto, encontra-se à folha 22 verso no dito livro, a carta do Governador João Batista de Azevedo Coutinho Montaury, de 22 de julho de 1789, em que diz: - "Consta que da Bahia tem saído barcos para carregar e conduzir carne seca no Acaraú" e pede providências à Câmara no sentido de não deixar carregar nem sair, ainda que apresente despacho de qualquer outro governo. As licenças de saída teriam que ser dadas assim por Pernambuco.

Com relação à quantidade produzida pela Carne do Ceará e anterior à seca de 1790-1793, este ano de 1788 não parece marcar o seu declínio conforme os documentos mencionados. Demonstra porém estas regulamentações dos poderes públicos que a carne seca disponível não atendia às necessidades do mercado consumidor. A introdução de sua técnica no R.G.S. por José Pinto Martins que emigrou do Ceará e se instalou em Pelotas só abreviou o processo, pois em 1793 exportava o R.G.S. 13.000 arrobas de charque. Nos primeiros anos do século XVIII quase 600.000 arrobas. Neste século, entre 1805-1819 foi exportado também para Havana. Seu único concorrente foi o charque platino, que se vendeu no Rio de Janeiro a 400.110 Rs a arroba enquanto o do Rio Grande disputou o mercado no mesmo local a 440.480 Rs, mais 280 Rs. de frete e direitos (14).

(14) Manuel Antonio de Magalhães in Almanak da Villa de Porto Alegre, citado por Caio Prado Júnior in Formação do Brasil Contemporâneo S.P.: Livraria Martins Editora, 1942, p. 201.

Tal não invalida o fato de haver constituído a carne seca do Ceará uma boa fonte de lucro. Esta constatação pode ser presumida de uma carta de reclamação à Câmara de Sobral, do Ouvidor Manoel de Magalhães Pinto de Avelar e Barbedo, de 13 de dezembro de 1788, contida no Registro de Ordens (15) relativos ao assento das cargas de carne e mais efeitos que saíram do porto de Acaraú e Itapagé (16) (cf. mapa fig.3) cujo controle e conhecimento se fazia necessário para "dar cumprimento as ordens que tenho a este respeito do Governador e Capitão General". Por falta da Câmara não se pode saber então calcular neste ano o valor da exportação da Carne Seca. Mas, não deveria ser pouco pois são rigorosas às ordens governamentais a este respeito numa antecipação da emissão das modernas notas fiscais:

- "No princípio da safra vindoura faça afixar edital nesta vila e naqueles portos do Acaraú e Itapagé fazendo saber aos donos ou mestres dos barcos que a eles vierem a carga de carnes que deles não valerão sem primeiro virem ou mandarem trazer em Câmara uma relação exata jurada e assinada por eles em que declarem debaixo de juramento, o número certo de arrobas de carnes e couros, de meias de solas, de arrobas de algodão e mais efeitos de que se compuser a carga de seus barcos. Esta relação será lançada pelo escrivão da Câmara em livro que se mandará fazer para eo dito fim (17) e no juramento assinará o escrivão da Câmara e o dono, mestre ou procurador deste".

Há indícios de que o período áureo de Sobral como centro de importação e distribuição de artigos de luxo se ligue à espoliação fiscal sobre a economia açucareira, o que possivelmente terá promovido a vinda de algumas famílias das zonas açucareiras para a região. A comprovação da existência de tal centro pode ser realizada a partir de um exame do acervo do Museu Diocesano de Sobral, onde cristais, porcelanas e delicados objetos de adorno se encontram em exposição. A situação

---

(15) Livro citado

(16) O porto de Itapagé hoje pouco conhacido localiza-se na enseada dos Patos. Sua importância decresceu com a estrada de ferro Sobral Camocim, quando houve um deslocamento da importância do Acaraú como principal escoadouro de algodão e gado.

(17) Até o momento estes livros não foram encontrados no Centro de Documentação da Fundação U.V.A. N.A.

geográfica da região servida de portos exportadores e a indústria e comercialização da carne seca feita legalmente através de Pernambuco que só decairia ali após a seca de 1790 - 1793 parecem um motivo relevante.

Nos primeiros dez anos do Século XVIII, segundo Antonil(18) uma caixa de açúcar branco macho de 84 $ 560, inclusa a tributação, pagava: 300 rs por direitos de subsídios de terra; 80 rs por direito para o forte do mar; 80 rs por entrada no trapiche; 800 rs por avaliação e direitos grandes, inclusive ainda de direitos de comboio (4 $ 900) e outras pequenas parcelas, num total de 84 $ 560.

Não que a pecuária estivesse a salvo dos impostos, como ficou visto, inclusive porque se sabe que, mesmo tendo sido decretado em caráter temporário, não foi nunca revogado o acréscimo no imposto das usuais no valor de três reis sobre a carne, ocorrência registrada mais de um século antes da época ora em estudo. Havia ainda o dízimo e o quinto do couro para o animal vivo ou morto. Cinco rs para cada couro e meio real em libra de carne verde. E que a subida dos tributos aliviavam as crises do Erário Real, mas pesavam aí menos que sobre o açúcar, além da mão-de-obra e instalação mais fácil e barata. Ressalte-se que o início do período 1766 - 1791, é o da baixa de preço no mercado do açúcar, o que alijaria o Brasil, do comércio internacional e se situa 22 anos antes de nosso estudo.

Os artigos de luxo, porém, tinham entrada livre ou quase livre, em média meio por cento, enquanto que o peso dos tributos era descarregado sobre ferramentas e gêneros de primeira necessidade. Isso veio facilitar ao rendeiro (arrendador) - o que na região foi em bom número(Cf. índices p. 745, 748) - as condições de, através da renda fixa, assegurar para si um modo de vida diferente daquele modelo adotado em outras regiões do Ceará.

---

(18) Antonil, André João, in Cultura e Opulência do Brasil, S.P. Companhia Editoral Nacional, 1967, p. 229 - 230. Instrodução da Profª. Alice Canabrava E o mesmo João Antônio Andreoni, S. J.- descoberta feita por Capistrano de Abreu. Como Provincial da Companhia de Jesus visitou as missões tapuias do Ceará e do Rio Grande do Norte, em maio ou junho de 1706 a junho de 1709.

O autor anônimo de "Roteiro do Maranhão e de Goiás pela Capitania do Piauí" dá informações sobre a existência de escravos nas fazendas de gado numa média de 10 a 12 escravos, ou quando não os havia ocupavam pretos forros, familiares, mulatos e mestiços que não faltavam nos sertões "da Bahia, de Pernambuco e Ceará, principalmente nas vizinhanças do São Francisco". (19).

Assim, a presença de escravos numa região de pecuária, em fins do Século XVIII, época que se caracterizou pelo elevado preço dada a possibilidade de sua utilização nas minas, pode ser considerado mais que um sintoma de riqueza e ainda explicado por ser uma mercadoria facilmente conversível em outros bens, em consequência do seu alto valor de troca e de custo. Quanto melhor fosse a qualidade da terra mais compensariam inversões em aquisição de escravos, daí acreditamos que tenha sido ele mais rentável na agricultura que na pecuária. Na pecuária ocupou em geral o papel de auxiliar do vaqueiro em todos os serviços.

Tal constatação é feita a partir de leitura de alguns inventários: os escravos eram da maior utilidade para eventuais trocas, bem como para os serviços domésticos e os mais rústicos serviços da fazenda, como a limpa. Essa presença pode ainda representar um indicador das transferências daquelas famílias oriundas da zona do açúcar para a região da influência de Sobral.

A economia de 1788 parece assentada sob essa classe de proprietários privilegiados, consumidores de artigos de luxo, planejando e executando vendas inclusive para uma região de suas raízes familiares e carente de gêneros de subsistência de produção local; economizando investindo no que parecia dar-lhes estabilidade, posição, e ainda, numa atividade econômica que não lhes exigia grandes inversões de recursos, como a pecuária.

Quanto ao algodão, que após a seca de 1776 começou a ser visto como um potencial gerador de riquezas, em 1788 se dispunha de condições de exportação para o abastecimento do mercado de Pernambuco, pois a proibição colonial de indústrias de tecidos no Brasil excluia a fabricação de panos grossos feitos nos teares domésticos e destinados a vestir escravos. Além de que nessa época já a Bahia e também Pernambuco, a que estava vinculado o Ceará, haviam ultrapassado o Maranhão quanto à produção algodoeira. O sistema de ancoradouros da re-

(19) Op. cit. p.p. 78-80.

gião colaborou para o escoamento da produção (cf. exportadores da região. p.1-18) embora não fosse no Ceará a zona de produção principal, e sim a bacia do Jaguaribe e Icó. Assim, a cultura de algodão abre entre nós perspectivas outras que não somente o gado e em outras regiões brasileiras como substituida da mineração. No cômputo geral dessas regiões sobraram porém só o Nordeste e Maranhão, os quais com o aumento da produção dos Estados Unidos e o fato de não acompanharmos na colônia as modernização quanto a descaroçamento (em 1792 a zona de algodão dos Estados Unidos já empregava a Saw-gin de Whitney) e de enfardamento, fazem com que se encerre a função que na nossa economia substituiria e suplantava o açúcar.

Por ocasião da colheita, o algodão exige não pouca mão-de-obra, daí nas fazendas de vulto ter sido usado o escravo (como em larga escala no Maranhão) e na região de modo raro, entre os pequenos produtores. O progresso da lavoura do algodão prende ainda hoje ao fato de não exigir cuidados especiais além do beneficiamento da separação do caroço e enfardamento. Usado em consórcio com o gordo avanço sobre os campos de pastagens que só substituidos pelo que sobra das capoeiras. Embora tenha se considerado prejudicial a separação gado-a-cultura, por se privar a segunda do estrumo como adubo acreditamos a priori que não se casa bem o binômio pastoreio - algodão. São duas fontes preciosas da riqueza regional que parecem necessitar individualmente de um tratamento mais adequado.

A figura do intermediário que compra a safra do agricultor ainda na rama parece quando chega a colheita e as condições foram favoráveis o único a beneficiar-se. Isto é compreensível quando se sabe que a safra é comprada na rama (em geral em março) por um preço X que quando da colheita já se terá depreciado como poder aquisitivo. Tal contribui para o desprestígio do boi, relegado a economia de subsitência - o que torna o povo mais pobre, porque fica a depender da comercialização de um produto sensível as normas de preço do mercado externo, enfim mais sujeita às altas e baixas do que a comercialização dos excedentes do gado como queijo, manteiga, iogurte que dependeria de uma demanda mais local. Seria esta alternativa conveniente ao vaqueiro que cuida do gado e usa o leite e derivados não podendo dispor do rebanho; também ao proprietário que dispondo daquela parte não dispende dinheiro ao vivo no pagamento do vaqueiro. Em fins do Século XIX, já o aumento da produção do algodão fez surgir em Sobral e em Aracati, indústrias de fiação e tecelagem. O Ceará, de modo geral, e a região em

particular, liga-se a pecuária e a cotonicultura - que, quais outras ocupações produtivas dos seus habitantes se completavam dispunha somente dos recursos à mão para suprir as suas necessidades básicas de alimentação, vestuário e habitação. As necessidades secundárias - representadas por todas uma gama de serviços e bens que possibilitam a presença do homem numa sociedade dita civilizada e cuja maior expressão são as condições de vida de conforto existiam como tais na mentalidade da época e dessa aristocracia baseada na propriedade da terra.

De modo geral, evidenciam-se fatores que seriam no processo histórico as causas da decadência da pecuária na região: as secas, o fracionamento da propriedade ou a dizimação dos rebanhos pela falta de conhecimento de zootecnia e de cuidados veterinários, por exemplo. O mapeamento das primeiras fazendas de criar da Zona Norte, e particularmente a Caiçara permitirá, uma vez elaborado, um mais objetivo indicatório destas premissas. Fator de menor importância, mas que não pode deixar de ser mencionado, é o que se constata em livros de inventários de cartórios de Sobral, onde se observam citações alusivas à existência de carnívoros ferozes, que atacavam os rebanhos e causavam muitas pendas.

Com relação às secas, Joaquim Alves, na sua <u>História das Secas</u>, p. 49 conclue que a seca de 1766 comum ao Ceará e ao R. G. do Norte fez surgir bandos dispersos que o Governo cuidou de reunir em povoações. Os que não se submetiam as ordens eram então considerados fora da lei e como tal tratados. Nessa época foi " expedida ao Governo de Pernambuco uma Ordem Régia para que os vadios e os facínoras que viviam a vagabundear pela Capitania se ajuntasse em povoações por mais de 50 fogos, repartindo entre eles com justa proporção as terras adjacentes sob pena dos refratários serem considerados salteadores e inimigos comuns e como tais punidos sereamente (20). Como consequência da Ordem Régia foram criadas as vilas de Sobral (21) Quixeramobim, São Bernardo das Russas (atual Russas) e São João do Príncipe (atual Tauá).

---

(20) Das notas do Barão de Studart citados no mesmo livro p. 49

(21) Sabemos que quando de sua ereção a vila de Sobral já possuia contudo uma elite dirigente.

As secas se ligam assim a terra e consequentemente a decadência da pecuária em todo o Ceará. A de 1777 - 1778 reduziu o gado a menos de um oitavo havendo fazendas que tendo recolhido "mil bezerros não ficaram com vinte nos anos seguintes (22). A seca de 1790 - 1793 teve efeitos danosos principalmente na Ribeira do Acaraú - " Algumas senhoras mesmo abastadas dando a luz neste ano se uniam obrigados a manter-se com alimentação de jacús, mel de abelhas e carne de viado.... Diversas fazendas perderam seus gados, outros três partes deste. A população ... menos fornecida ... dispensou-se ... parte a Ibiapaba e parte a margem do Parnaíba (23) Contudo apesar dos rigores da seca de 1790 - 1793, a maior dos século comentário de Vilhena na História das Secas dá conta de que "Couros, selas e carnes secas, produtos de muitos gados que neles se criam podendo estender-se o número de suas fazendas de gado até duas mil, produzindo cada huma de 5.000 a 1.000 bezerros".

No mapa das atuais fazendas de criar, organizado tendo como fonte a SUDENE, com levantamento aerofotogramétrico realizado pela "Cruzeiro do Sul", apresentamos parte incompleta por não estar ainda concluido. Mesmo assim, com base nestes dados formulou-se um mapa inédito. Estão inclusos, a maior parte da área de Sobral, de Santa Quitéria, - zona mais importante de criação de gado da região. De Sobral se pode dizer que lhe foi de muita valia a proximidade do porto de Acaraú, Itapagé, e, depois, Camocim (Cf. Dados técnicos e outras informações sobre os portos do Acaraú e Camocim, (p.692-697)

Sendo o rio Acaraú um caminho natural que facilitou a penetração do território cearense e constituindo-se principalmente Sobral e Granja como antigos agregados populacionais, com base em sua localização geográfica e na pecuária, procuramos precisar, como tônica deste trabalho, a importância dos entrepostos salgadores de carne bem como buscamos precisar dados sobre as charqueadas do Acaraú, cuja fama tinha sido até aqui maior do que a documentação palpável de sua existência. Consta que em Acaraú teriam existido duas oficinas cuja carne era

---

(22) Dados do Senador Pompeu citados por Joaquim Alves in História das Secas, 1º volume (séc. XVII - XIX) Fort. Edição do Instituto do Ceará, 1953 p. 50.

(23) Segundo o autor anônimo das notas para a história do Município de Santana, citado por Joaquim Alves, ibiden, p. 57 - 58.

transportada para a Bahia por navios que traziam madeiras, tijolos e telhas. 1740 a 1790 teria sido o período de seu florescimento: 1740 - 1790 - "Indústria Saladeril" ou de carne preparada, em 1745 - no bairro "Outra Banda", ergue-se uma outra, daí ter ficado conhecido pelo nome de Oficina (24). Embora não se possa precisar exatamente a data das primeiras charqueadas, não deve assistir razão a Caio Prado Jr. (25) quando afirma que a industrialização e comercialização do charque datam de 1780. Neste ano já conhecedor das técnicas usadas entre nós, a introduziu em Pelotas no R. G. S. José Pinto Martins, natural de Aracati.

O porto do Acaraú deu entrada a vários dos primeiros habitantes e no ano de 1788 (26) pelos dados disponíveis neste trabalho, e relacionados com as charqueadas, podemos admitir que fosse grande a ligação e o trânsito de carne de boi entre a vila de Sobral e os portos.

Quanto ao termo Fábrica dado como sinônimo de Oficina ou Feitorias onde se preparava a carne perto dos centros salineiros, foi também usado para indicar os próprios abastecimentos. Pode ter sido também assim empregado, oito anos após sua introdução no R.G.S. por força do costume quando então teria o sentido ligado ao charque.

De Sobral, centro distribuidor, as mercadorias seguiam para as fazendas e povoados, possivelmente em alguns casos, nas cabeças de negros escravos, onde apoiados em rodilhas, eram conduzidas em peças mais leves. As asperezas dos caminhos estreitos e irregulares no verão, cheios de atoleiro no inverno, levavam a devastação da vegetação rala das margens que colocada na lama procurava tornar menos difícil a passagem. Embora bem acondicionadas para o transporte por mar - então mais econômico - as mercadorias frágeis não resistiriam sem cuidados especiais.

---

(24) Cf. Nicodemos Araújo, Município de Acaraú, [Notas para sua História] Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, 1972, p.

(25) Op. cit. p. 202.

(26) A Introdução do trabalho do I B G E - Sobral, Sua Area de Influência, - Subsídios ao Planejamento da Area Nordestina, considera que "em meados do Século XVIII" se instala em Acaraú "as primeiras charqueadas". O ano base de nosso estudo aumenta assim de importância pelas informações completas que pretende oferecer sobre tal assunto.

De Santa Quitéria, que, como "toda a zona pastoril do Ceará é área de cultivo de algodão mocó tendo como elemento fundamental o sistema da média e pequena açudagem que mantém os rebanhos durante as secas e estiagens" (27); tem ainda ligada a este aspecto a plantação de mandioca, da palmá e de outras plantas forrageiras para alimentação do gado, bem como uma agricultura de subsistência necessária ao criador de ontem e de hoje, mesmo se levarmos em conta os modernos métodos de criação em disponibilidade.

Há, nos documentos disponíveis, omissão de referências e dados quanto à avicultura e à suinocultura. "O porco, apesar do enorme consumo interno, tornou-se mais tarde gênero de exportação em toucinho e em pé" (28), parecendo ter sido preferido entre os "paulistas".

A agricultura que fora sempre praticada como atividade subsidiária para a manutenção da própria fábrica como gasto do dono da terra e sua família e venda aos moradores do termo, tem no algodão uma exceção, pois que chega naquela época de 1788 a ser exportado por mar para Pernambuco conforme afirmado. E que então já perdera o Ceará a liderança no mercado da carne seca, então também chamada carne do Ceará, para o vizinho Estado do Piauí, (29) que possuia não só o melhor rebanho do Norte mas ainda contava com o beneficiamento das águas do Parnaíba, havendo na confluência com o Poti elevado número de fazendas de gado. A grande seca de 1790-1793 levou o centro desse comércio para o Rio Grande do Sul. Por volta de 1758 a pecuária a sul de Minas já tirava do mercado de abastecimento das minas a pecuária do Nordeste.

---

(27) Francisco Alves de Andrade, in "Agropecuária e Desenvolvimento do Nordeste", Imprensa Universitária, Fortaleza, 1960, p.53, transcreve trechos de estudos de desenvolvimento regional ("Ceará"). Série de levantamentos e análises, número 3, Capes, relativo ao Consórcio Gado-Algodão, não encontrado no Piauí e no Rio Grande do Norte. - "Um elemento institucional implantado nacionalmente, vale mais como recurso extremo diante da desproteção a que está sujeita a economia pastoril cearense. A fixação desse complexo sócio-econômico tem consequências negativas sobre a produtividade regional que não será lícito encobrir na oportunidade de um planejamento global do desenvolvimento econômico do Ceará".

(28) Capistrano de Abreu, ibidem, p. 314.

(29) Caio Prado Junior, op. cit. p. 195.

A importância de uma fazenda liga-se ao número de bezerros amansados e não propriamente a soma total das cabeças. Junto ao gado vacum não foi estranha a criação de cavalos que às vezes substituiam o boi para puxar engenhos. O gado cavalar foi de uso vital para os vaqueiros nos seus trabalhos de cata ao gado vacum no agreste e de vigilância nos pastos que, ao contrário dos de Minas Gerais, não eram demarcados por valas nem por cercas de pau a pique, a que não convidava o nosso tipo de vegetação. Tais separações entre fazendas e dentro delas próprias não eram então usadas.

As construções não obedeciam a nenhum apuro e a palha de carnaúba servia de cobertura. A separação de pastos para bois e touros, a alimentação e bebedouro do gado por ser a terra rica em sal não conduziu aos cuidados de evitar que ingerissem barro e atuou como fator de um maior número de "boi brabo", pois o sal fornecido nos currais levando o gado ao hábito, facilita a domesticação (30). A formação do "boi brabo" implicava muitas vezes na perda de mais de uma cabeça pois necessitava ser eliminado para que sua doença não contaminasse os outros animais.

A técnica de criação de gado inexistiu na prática pois limitou-se a um aumento vegetativo sem orientação específica: queimava-se o campo destinado às pastagens antes das épocas das chuvas para que os prados nascessem viçosos; procurava-se os bezerros dados à cria no mato para que não perecessem de varejeira; quando das secas havia a busca das serras e das barrentas poças dágua em longas caminhadas. O costume de venda de bois e o consumo de uma vaca ao mês na fazenda, foram métodos rudes que reduziam as crias e forneciam ao corte um gado magro e naturalmente musculoso. Não havia estabulação, silagem ou outros processos de criação intensiva. O aproveitamento do leite era feito através da manteiga da terra, coalhada e queijo, que Caio Prado Junior considera grosseiro e mal preparado, e da manteiga que "não se emprega" (31) mas é ainda tão gosto de nós, nordestinos, e que hoje se encontra feito com base no antigo processo, com algumas modificações, e outros provenientes da industrialização, como o iogurte e a pasterização do leite. Quanto a manteiga é ainda hoje vendida em garrafas e considerada raridade culinária. É engano pois essa suposição de que não a usavam entre nós.

---

(30) Caio Prado Junior, ibidem, p. 190.

(31) Caio Prado Junior, op. cit. p. 195.

Apesar de todas essas deficiências, não fossem as secas periódicas, ou controladas essas condições adversas do meio através de indicativos gerais que senão apontadas posteriormente neste trabalho, teria sido diverso o futuro da pecuária na colônia, além de que se pode manter a partir daí um estável esteio da economia cearense. Em 1803, cálculo orçamentário feito pelo Governador Silva Gama atribui ao boi do Rio Grande do Sul nove arrobas de carne enquanto o do Ceará tinha oito arrobas(32).

Aí os cuidados com a pecuária não primaram por zelo especial, a natureza foi de fato a grande responsável pelo seu progresso.

Quanto à região em estudo, excluida a posição geográfica de Sobral dentro da zona, não podemos considerar que houvesse maiores facilidades para um incentivo à agricultura. Não há aí nada comparável à vertente norte da chapada do Araripe ou ao vale do Jaguaribe, beneficiados ainda por serem regiões de trânsito para Pernambuco e consequentemente com melhores condições de estabelecimento de trocas comerciais. As regiões de Santa Quitéria, Sobral, abrangendo os sertões do Vale do Curu seu afluente Canindé, estão incluidos por Idelfonso Albano entre as principais zonas de criar gado no Ceará (33).

Hoje temos na região como fruto da presença oficial as fazendas experimentais de Santa Quitéria; a Dr. Paula Rodrigues adquiridas no Governo Parsifal Barroso pelo Secretário Francisco Figueiredo de Paula Pessoa, e em Sobral a Dr. José Sabóia adquirida no Governo Plácido Castelo pelo Secretário Mauro Botelho.

Os programas de melhoramento das raças geraram em Cariré o cruzamento com espécies zebus, gyr, nelare predominando, porém, a espécie crioula ou nativo. Em Sobral, desde 1967, houve o aumento gradativo das engordas e cruzamentos das espécies e raça holandes-zebu.

---

(32) Documentos Relativos à História da Capitania, p.301, citado por Caio Prado Junior, op. cit. p. 203.

(33) A Pecuária no Ceará, Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, edição 1918.

Para efeito de complementação do estudo, oferecemos as fontes de energia de cada município (Cf. tabelas p. 627, 639, 651, 663,681) pois a agropecuária da região como de todo o Ceará há que repousar sobre as condições de irrigação e consequentemente as de eletrificação rural.

Com vistas a solução do problema por orientação do governador Cesar Cals a COELCE pretende aplicar recursos da ordem de noventa milhões de cruzeiros em eletrificação rural no período 1973/75. Esta previsão possibilitará, segundo os estudos realizados, as condições básicas de criação de uma infra-estrutura rural a que se liga a eletricidade e que se torna econômica e socialmente adequada à região, possibilitando, em função, a consolidação da economia regional.

Os efeitos benéficos da energia elétrica aplicados à irrigação poderão neutralizar em sua maior parte os efeitos danosos da época do estio, um dos fatores dos principais responsáveis pelo declínio da pecuária.

Uma solução são os cursos dágua que, barrados pelos açudes, podem ser perenizados através de bombeamento. A armazenagem dágua em açudes, pura e simplesmente, além de danosa quando copioso o inverno não solucionará o assunto sem mãos dadas com a energia elétrica.

O programa de eletrificação do Governo do Estado, com respaldo técnico do INCRA, SUDENE, BNB, Banco do Brasil e Eletrobrás, é valioso mas não pode ser ainda mensurado em seus resultados globais. Uma das razões é que o aumento de produtividade da pecuária e da agricultura, pela introdução de técnicos mais adiantadas, ocasionará a elevação da renda real e melhor remuneração no trabalho. As propriedades da área rural só benefícios terão a partir do uso da energia elétrica, estabelecida a sua relação com os custos do trabalho humano e seus resultados na produção. Isso porque temos a seguinte relação:

1 quiluate/hora igual 3 homens/hora;

com a seguinte relação:

17 centavos para kwt/força

1 cruzeiro para homem/hora.

A conclusão a que se chega é a de que o motor elétrico torna o trabalho 18 vezes mais barato na relação com a mão-de-obra humana. A tendência atual é o de aumento de consumo de energia elétrica no Ceará, como podemos ver a partir dos dados verificados (34).

Dadas as possibilidade de tais condições, as fazendas de criar, malgrado os pequenos pastos que não permitem avultado número de cabeças pode-se, todavia, optar pela qualidade dos rebanhos e pela operosidade no aproveitamento do que pode o gado fornecer.

Sobral, principal centro polarizador da região, tem condições de abastecer de carne, leite e derivados, produzindo não só para a órbita de cerca de 26 municípios de sua área de influência, mas ainda aumentar e regularizar tal abastecimento (35).

Podemos observar que as primitivas culturas agrícolas da área continuam a ser praticadas, mas que surgem e se afirmam novas experiências (Cf. gráficos e tabelas p. 628-633; 640-645; 652-657; 664-675; 682-687 e fig. 1-40)

O ano tomado como base será considerado pouco expressivo para o estabelecimento das perspectivas futuras, deixando, contudo, entrever as possibilidades da área.

Mesmo no passado, quando a lavoura foi uma complementação da atividade criatória, observa-se a fonte geradora de riqueza que foi o gado e a viabilidade de portos hoje reduzidos a menos que meros an-

---

(34) As projeções de consumo indicam a seguinte evolução:
1970 - emprego praticamente nulo
1971 - 3.379.000 mil quiluates/hora consumidos
1972 - 6.599.000 mil quiluates/hora consumidos
1973 - 17.000.000 milhões quiluates/hora consumidos.
De outro campo, deve-se levantar a seguinte disposição: uma propriedade rural eletrificada pode, entre outras coisas, produzir alternadamente: bombeamento de dois mil litros dágua de um poço; moer 180 quilogramas de alimento para o gado; ordenhar uma vaca duas vezes por dia durante uma quinzena; refrigerar 350 litros de leite ou desnatar mil litros; triturar quatro toneladas de frutas; enfardar meia tonelada de forragem. Dados do Jornalista Odalves Lima.

(35) Está incluido em quinto lugar entre as bacias leiteiras do Ceará com 11.000 litros/dia aproximadamente. Informações colhida na LASSA - Sobral.

coradouros (Cf. Dados técnicos e outras informações sobre os portos de Acaraú e Camocim p. 692-697), dos quais ao do Itapagé ou Tapagé só há referências como de um farol de navegação. O assoreamento da costa, provocado também pela instalação dos chamados currais de pesca, que provocou acumulação de dunas nas costas, parece o principal responsável pela sua impraticabilidade.

É sabido que a costa leste-oeste, desde os primórdios das tentativas de colonização, por suas características próprias de ventos fortes e formadores de dunas e correntes contrárias, foi região de difícil acesso, o que consequentemente impediu o seu melhor conhecimento.

Para ajudar a localização do antigo ancoradouro do Tapagé ou Itapagé nos reportaremos à divisão do antigo curato do Acaraú dantes compreendendo o território de Mundaú ao Parnaíba em quatro freguesias (36). Contudo, para o Senador Tomás Pompeu, citado pelo Bispo-Conde Dom José Tupinambá da Frota, na sua "História de Sobral" (37), tal provisão não deverá ter sido executada por completo pois o alvará de 1772 cria a freguezia de Sobral e 29 de julho de 1776, o de Granja (Cf. Dados nas tabelas da p. 661, 625). Através dos limites da freguesia de Sobral de hoje, assim transcrita pelo mesmo D. José - "Consta, esta Freguezia de N. S. da Conceição da Caiçara de 15 léguas de costa, onde faz barra o rio Acaraú por sete bocas, em 2 graus e 55 minutos de latitude, ao sul da linha equinocial e 338 graus e 57 minutos de longitude, correndo quase ao rumo de leste 4º de sudeste, principiando da parte do Norte na picada do Castelhano e findando na picaca do Itapagé (38). Tais indicadores ajudaram no indicativo geográfico deste ancouradouro que não encontramos identificados em nossos mapas.

---

(36) As quatro freguezias são: (1) N. Sª da Amontada, hoje Imperatriz; (2) Curuahu de Granja; (3) São Gonçalo da Serra dos Cocos; (4) N. S. da Caiçara, hoje Sobral. N. A.

(37) Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 2ª edição, 1974 p. 117.

(38) Op. cit. p. 41.

O gado da região Norte abasteceu, inclusive, Mecejana, como dentre outros se vê no documento de relação do Capitão-Mor Manuel Gomes do Nascimento (Cf. Indice p. 279), morador na Fazenda de Gado São Bento, às margens do rio Aracati-Açu.

- "E das cabeças de gado vacum de açougue as vendera na vila de Mecejana e o revende ao padre Joaquim Gomes Pessoa para açogue da mesma vila".

A exportação de algodão em caroço para Pernambuco, é citada em documento arrolado na relação de plantação e lavoura do Capitão Tomé Ximenes Madeira Vasconcelos (Cf. Indice p.611), na serra da Meruoca, rendeiro de Nicásio de Aguiar, onde se lê que vendera "24 arrobas de caroço(...) a Manuel José Braga para este os transportar por mar para Pernambuco".

Geralmente o proprietário das terras ocupava os trechos onde estavam as melhores aguadas, destinando parte ao arrendamento em pedaços com currais, basicamente de uma légua. O arrendatário pagava ao arrendador cerca de 10 $ 000 ao ano (39) e recebia uma cria em cada quatro, do gado do arrendador. Sendo o arrendatário vaqueiro, o costume era de pagamento em cinco anos, findo os quais ia com tantas cabeças que lhes permita geralmente estabelecer-se por conta própria. Daí as propriedades mais modestas, onde ele e os filhos desenpenhavam todas as tarefas. Nas fazendas com dois ou mais vaqueiros, estes repartem entre si os bezerros provenientes da quartiação.

Este sistema de arrendamento colaborou para tornar menos rala a densidade demográfica do latifúndio, e a concentração da renda nas mãos dos grandes proprietários que vendiam, inclusive, aos moradores do termo e o excedente da produção agrícola subsidiária dos então gêneros de primeira necessidade, salvo algumas exceções (Cf. Corpo das fichas de documentação original). Algumas vezes o proprietário recebia apenas os rendimentos das fazendas, em suas casas no litoral ou nas serras frescas próximas; ou dirigi-as diretamente das suas casas alpendradas e recuadas que constituem a construção menos tosca das fazendas. Era o chefe natural dos seus empregados e dos escravos que ao contrário da região sul de Minas Gerais lhes davam status de aristocratização.

---

(39) Cf. Maiores dados em Antonil, op. cit. p. 309.

A quantidade de escravos possuída por um fazendeiro pode ainda ser um delimitador com relação ao cultivo agrícola, pois se "proibe a todo lavrador que não tenha para menos de 6 escravos poder empregar-se em outra cultura que não seja de roças de mandioca e assim mais na parte que determinam que os senhores de engenho lavradores de carne e tabaco que tiverem terras capazes para isso plantem tantas covas de mandioca em número que comodamente possa cada um com a terceira parte do rendimento delas sustentar sua família e fábrica de suas fazendas e as duas partes destinar para vender ao povo (40). Buscava-se assegurar assim a sobrevivência das famílias e escravos nas épocas de estiagem. A farinha de mandioca era alimento básico sendo o seu preço motivo de especulação. O decênio de 1771 - 1780 deixou marcas profundas na economia regional, reduzindo a produção da farinha e afastando concorrentes a arrematação dos dízimos reais. Limitada a produção a subsistência só a farinha importava e sua plantação obrigatória continuou no Império.

No ano em que se seguiu à Independência, ou seja, 35 anos após o ano base de 1788, o projeto de Constituição de 1823 estabelecia que o direito de votar e ser votado nas assembléias primárias era privilégio dos proprietários rendeiros que estivessem, além de em pleno gozo dos direitos políticos, com rendimentos líquidos ao ano equivalentes a 150 alqueires de farinha de mandioca, regulado pelo preço das respectivas freguezias e advindas de bens próprios foreiros ou de arrendamento de nove anos ou mais. Para as eleições de segundo grau (deputado) requeria-se mais de cem alqueires de mandioca de bens próprios, foreiros ou arrendadas por longo termo dentre outras exigências. Para eleger-se deputado uma das condições era que fossem proprietários ou foreiros de raiz rural ou urbanos ou fossem rendeiros por longo termo de bens de raiz rural com renda anual de 500 alqueires de farinha de mandioca; para Senador requeria-se duplicado o rendimento do que se exigia dos deputados, dentro das mesmas origens (41). Eram, assim, neste período, os proprietários rurais a grande força detentora do poder político no país.

---

(40) Da carta do Exmo. Sr. Governador e Capitão General de Pernambuco D. Tomás José de Melo que diz respeito à agricultura das famílias datada de 5 de fevereiro de 1782 e registrada às folhas 6 no livro de Registro de Ordens, como primeiro documento, pelo escrivão Felix José de Sousa de 6 de março de 1788. N.A.

(41) Cf. Raymundo Faono, in Os Donos do Poder, Porto Alegre; Editora Globo, s/d p. 144.

Quanto aos sítios aforados ao Senado da Câmara, tais foros (renda dos chãos aforados) estravam justamente como tributos na formação de suas finanças. Dois terços da renda municipal pertenciam ao Senado ficando um para o Real Erário da Capitania. As Câmaras eram independentes do Real Erário, contribuindo para tanto o seu patrimônio composto das terras que lhes eram concedidas quando do ato de sua criação. Tais terras, do Racio, empregavam-se para edifícios, pastagens públicas para o gado, passeios públicos e ainda, praças, ruas, chafarizes, pontes e caminhos existentes. Podia a Câmara ceder parte destas terras aos particulares ou aforá-las, donde provinha boa parte de sua receita. A arrendação fosse para o Real Erário ou para as Câmaras era feita calculada em base em contratos feitos com particulares por uma média de tempo em geral de três anos e por uma determinada quantia global que o contratador se obrigava a pagar em troca dos tributos que arrecadava por sua conta. Tais contratos eram leiloados e naturalmente entregues a quem desse mais. Quando o erário promovia a arrecadação, o que era raro, dizia-se "contrato sob administração". O processo facilitava a cobrança, vantagem de fato só existente quando era boa a situação do contratante em termos de produção da fazenda.

Com relação aos instrumentos em práticas agrícolas, há raras mensões a carros de bois, ainda hoje componentes da paisagem (Cf. glossário 704-705). O equipamento de trabalho para a agricultura limitou-se, como se pode notar ao longo do corpo do trabalho, ao esforço da enxada rudimentar. Foi exíguo mesmo para uma pouca agricultura. Em média um escravo ou um agregado, estes raramente mencionados nos originais, teriam condições de plantar até cem covas de mandioca (fonte principal de sustento) por dia; sendo que dez alqueires (colheita aproximada de 500 pés) seria o suficiente para alimentação de um homem.

Ainda em 1942, viajando de Teresina para Fortaleza, o Professor T. Lynn Smith, do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado de Louisiana, Estados Unidos, transcreve as suas impressões. (42)

---

(42) Cf, Lynn Smith, in Organização Rural - Problema e Soluções, S. P. Livraria Pioneira, USP, 1971, p. 269/271, em que há uma nota de observação de Demócrito Rocha, publicado em O Povo, de 17.12.1942.

"Em toda a viagem... não via arado nem qualquer indício de seu emprego. Entretanto, em Fortaleza vi alguns exibidos nas lojas. Pareceram-me grandes demais, exigindo uma força de tração maior do que seria possível aqui, pelo menos no começo. Seria muito melhor um pequeno implemento que abrisse um sulco de seis polegadas e de perto de quatro de largura e que ao mesmo tempo pudesse ser puxado por jegues (Cf. Pequeno Glossário Agropecuário, p. 717), e burros tão numerosos aqui. Perto de Fortaleza, todavia, carrinhos de mão empregados na construção de estrada, mostravam que o emprego da roda já está começando.

Os açudes em construção no Nordeste merecem comentários. Logo depois que passamos de Forquilha (sic.43), proximidades de Sobral, vimos lindos campos verdes de bananeira e de cana de açúcar. Esses açudes são dedicados, apenas em pequenas proporções, à irrigação. Por sinal, em torno dos açudes notamos a tendência para as habitações se agruparem numa espécie de aldeamento.

Quanto ao mais, em toda a área, o povoamento é do tipo esparso. Somente deve-se fazer duas restrições (1) não se pode chamá-lo inteiramente de povoamento, pois o sistema de vida é nômade, e, (2) as fazendas incluem de 3 a 12 casas para os agregados. Algumas dessas fazendas são grandes e dão um caráter de verdadeira aldeia ao padrão de povoamento".

Em visita que fez a Fortaleza onde discutiu problemas relacionados com o Nordeste brasileiro com diversos líderes do Ceará, este professor norte-americano sugeriu a carroça de quatro rodas, puxada por dois animais, para transporte de cargas, a exemplo do que era então usado nos Estados Unidos e na Europa, carregando de 1.000 a 1.200 quilos de mercadorias. Seu custo ficava em 1/12 do preço do caminhão podendo a carroça servir como loja ambulante. Tais carroças poderiam ser puxadas por burro, cavalos, jumentos ou bois. A sugestão do Professor Lynn Smith foi indicada então como uma solução a ser tentada aqui pelos espíritos mais empreendedores da época, em nota de

---

(43) Forquilha. N. A.

Demócrito Rocha, então Diretor de O Povo, em 17 de dezembro de 1942.

Embora o ano de 1788 encerre uma série completa de dados permitindo ainda uma comparação através de outras fontes, para complementação de sua utilidade como fonte, são também importantes os relatos dos viajantes e as suas informações mesmo se parciais ou se hoje as considerarmos sem aplicação.

Estamos cientes de que a quantificação apresentada nos fornece apenas um aspecto da realidade não se inferindo dados outros que não como uma avaliação da economia da área que dá idéia do crescimento da vila de Sobral e regiões adjacentes.

A tradição regional como centro criatório requeria assim um estudo de base que possa nortear uma abordagem técnica mais correta. Estudo que deverá ser desenvolvido nos volumes subsequentes.

INDICE GERAL ONOMASTICO DE DONOS DE TERRA

ABREU, Onório José de, p. 485

AGUIAR, Marcos Antunes de, p. 486

ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de, p. 1

ALBUQUERQUE, Antônio Gomes de , p. 2

ALBUQUERQUE, Dionízio Gonçalves de, p. 3

ALBUQUERQUE, Gabriel Ponciano de, p. 4

ALBUQUERQUE, Joaquim Coelho de, p. 5

ALBUQUERQUE, Manuel Ribeiro, p. 487

ALBUQUERQUE, Pedro Coelho Pinto de, p. 488

ALMEIDA, Firmiano de Oliveira, p. 11

ALMEIDA, Francisco de Farias, p. 6

ALMEIDA, João Francisco de, p. 489

ALMEIDA, Joaquim Gonçalves de, p. 7

ALMEIDA, José de Oliveira de, p.8

ALMEIDA, Manuel de Oliveira de, p. 9

ALMEIDA, Tereza de Oliveira de p. 10

ALVARES, Antônio Dias, p. 12

AMARAL, José Tavares de, Cap. p. 13

AMORA, José Tavares de, Cap. p. 612

+ ANDRADE, Manuel Coelho de , p. 456

ANDRADE, Manuel Martins de, p. 14

ANDRADE, Tomás Patrício de, p. 490

ANJOS, João Bezerra dos, p. 15

ANTONIO, Martinho, p. 491

ARAGÃO, Manuel Ximenes de, p. 16

ARAÚJO, Antônio Henrique de, p. 613

ARAÚJO, Francisco da Cunha de, p. 17

ARAÚJO, Francisco Manuel de, 18

ARAÚJO, Inácio da Cunha de, Ten. p. 19 - 20

ARAÚJO, Inácio da Silva de, p. 492

ARAÚJO, Luiza da Costa de, p. 21

ARAÚJO, Manoel Tomás de, p. 493
ARAÚJO, Manuel Antônio, p. 494
+ ARAÚJO, Tomé Correia de, Mestre de Campo p. 22-23
+ ARAÚJO, Maria da Cunha de, p. 24
+ ARAUJO, Suzana Maria de, p. 25
ATALAIA, Rogério Coutinho, p. 26
AZEVEDO, Belchior Lopes de, p. 27
AZEVEDO, Bernardo Pereira de, p. 28-29
AZEVEDO, Elias Pinto de, Pe., p. 30
BARBOSA, Antônio, p. 31
+ BARBOSA, Leandro Pereira, p. 495
BARBOSA, Manuel Nunes, p. 32
BARBOSA, Ursula Ferreira, p. 33
+ BARBOSA, Zacarias, p. 34
BARBOSA, Zacarias Nunes, p. 457
+ BARCELOS, Mônica Pessoa, p. 35
BARRETO, Antônio de Lima, p. 36
BARRETO, Joaquim Lopes, p. 37
BARRETO, Marcolino Pais, p. 497
BARRETO, Narcisio Lopes, p. 38
BARRETO, Pedro Luís do Rego, Cap-Mor., p. 39
+ BARROS, Ana Maria Josefa de, p. 40
BARROSO, Antônio Pereira, p. 41
+ BARROSO, Félix de Sá, p. 498
BARROSO, José Pereira, p. 42
+ BATISTA., Domingos Ramos, p. 43
BEZERRA, Augustinho Dias, p. 44
BEZERRA, Francisco Álvares, p. 499
+ BEZERRA, José de Sá, p. 45
+ BEZERRA, Tomás da Cunha, p. 46-47

BITANCUR, Francisco Xavier, p. 48
BITANCUR, José Gomes de, p. 49
BULCÃO, Antônio Soares, p. 500
BULCÃO, Cosme Soares, p. 50
+ BOTO, Antônio Ferreira, p. 501
BRAGA, Anastácio Francisco, p.51
BRAGA, Beraldo Ferreira, p. 52
BRAGA, Domingos Francisco, Pe. p. 53
BRAGA, Domingos José, p. 54
BRAGA, Luís Francisco, Alferes, p. 55
BRANDÃO, José Ferreira, Alferes, p. 56
BRITO, Damião Pereira de, p. 502
BRITO, Procópio Cirilo de, p. 57
BRITO, Timóteo Pereira de , p. 58
BULHÕES , Bernardo Franco de , p. 503
BULHÕES, Martinho Bezerra de, p. 504
CALDAS, Domingos Teixeira, p. 505
+ CALISTO, José Fernandes, p. 59
CAMPOS , Diogo José , p. 506
+ CARDOSO, Manuel da Costa, p. 60
CARDOSO, Manuel João, p. 61
CARDOSO, Manuel Martins, p. 62
CARMO, Maria do, p. 63
+ CARNEIRO, Manuel Ferreira Porto, p. 64
+ CARVALHO, Antonia Correia de, p. 65
CARVALHO, Francisco Coelho de, p. 66
+ CARVALHO, Francisco Correia de, p.67
CARVALHO, Inácio Machado de, p. 68
CARVALHO, Joaquim José de, p. 69
CARVALHO, Manuel de Souza, Cap. p. 70
CARVALHO, Matias Correia de, p. 71

+ CARVALHO, Quitéria Correia de, p. 72 - 73
CASTRO, Augustinho de, p. 458
CASTRO, Alberto Ferreira de, p. 507
CASTRO, Antônio José da Silva , Alferes, p. 621
CASTRO, Feliciano Gomes de, p. 74
CASTRO, João Gomes, p. 75
CAVALCANTE, Basílio Reis, p. 76
CAVALCANTE, José Fernandes, Cap. p. 77
CHAVES, Afonso Pereira, p. 78
CHAVES, Antônio Ferreira, p. 79
+ CHAVES, Antônio Rodrigues , p. 80
CHAVES, Gregório Pires, p. 81 - 82 e 571
CHAVES, José Pereira, p. 83
COELHO, Apolinário, p. 84
COELHO, Francisco Rodrigues, p. 85
COELHO, Jerônimo Rodrigues, Cap-Mor, p. 86
+ COELHO, José, p. 508
+ COIMBRA, Quitéria Rodrigues, p. 87
+ CONCEIÇÃO, Ana da, p. 88 - 89
CONCEIÇÃO, Ana Maria da, p. 90
CONCEIÇÃO, Antônio Manuel da, Sgt-Mor. p. 91
CONCEIÇÃO, Francisco Xavier da, p. 509
+ CONCEIÇÃO, Maria da, p. 92
CONCEIÇÃO, Prudêncio de Sousa da, p. 93
CORDEIRO, Antônio da Costa, Sgt. p. 94
+ CORDEIRO, Francisco Raposo, p. 95
CORNÉLIO, João Pereira de Vaz, p. 96
CORREIA, Alexandre de Holanda, Cap-Mor, p. 97
CORREIA, Francisco Xavier, p. 510
CORREIA, José Xavier, p. 98
CORREIA, Luís Joaquim, Alferes, p. 99

CORREIA, Manuel Antônio, p. 100
CORREIA, Manuel Gomes, p. 101
CORREIA, Quintiliano de Araújo, p. 460
COSTA, André Gonçalves da, p. 102
COSTA, Anselmo de Araújo, Alferes, p. 614
COSTA, Antônio Marques da, Alferes, p. 103
+ COSTA, Antônio Mendes da, p. 104
COSTA, Antônio Rodrigues da, p. 512
COSTA, Estevão Marques da, Cap., p. 105
COSTA, Faustino Correia da, p. 106
COSTA, Felipe Neri da, p. 513
+ COSTA, Francisco da, p. 514
COSTA, João Ribeiro da, p. 107
COSTA, João Rodrigues da, p. 515
COSTA, Joaquim Marques da, p. 516
COSTA, Joaquim Rodrigues da, p. 517
+ COSTA, José Bezerra da, p. 518
COSTA, José de Araujo, Cap. p. 108
COSTA, José Marques da, p. 109
COSTA, Manuel Carneiro da, p. 110
COSTA, Manuel Lourenço da, p. 519
COSTA, Manuel Pereira da, p. 111
+ COSTA, Pedro Ferreira da, p. 520
+ COSTA, Salvador Vicente da, p. 461
+ COSTA, Sebastião da, p. 521
COUTINHO, Manuel do O. Ajudª., p. 112
COUTINHO, Manuel Soares, p. 113
CRUZ, Ana Gomes da, p. 114
+ CRUZ, Domingos Ferreira da, p. 115
CRUZ, Francisco Rodrigues da, Cap., p. 116
CRUZ, João Moreira da, p. 462

+ CRUZ, José Ferreira da, 117

+ CUNHA, Ana Maria da, p. 522

+ CUNHA, Edna Pereira da, p. 118 - 119

☐ CUNHA, Francisco Carneiro da, Alferes, p. 120

CUNHA, Inácio Taveira, Cap., p. 121

+ CUNHA, Maria da, p. 122

CUNHA, Miguel da, Pe. p. 123

+ DORNELES, José da Silva, p. 523

DORNELES, Tomé da Silva, p. 525

DEUS, Antônio João de, p. 463

☐ DIAS, Bartolomeu da Paiva, p. 524

☐ DIAS, Domingos Paiva, p. 124 -125

☐ DIAS, Manuel de Oliveira, p. 126

DINIZ, Joaquim Gomes, p. 127

DUARTE, Joana, p. 464

DUARTE, José Dias, p. 128

DUTRA, Domingos Ferreira, p. 129

☐ DUTRA, João da Silveira, p. 130

☐ ESPIRITO SANTO, Custódio Correia do, p. 131

+ ESPIRITO SANTO, Inês Maria do, p. 465

+ ESPIRITO SANTO, João do, p. 526

+ ESPIRITO SANTO, Manuel Barbosa do, p. 466

FALEIRO, José de Andrade, p. 132

FARIA, Bárbara de Azevedo, p. 133

FARIA, Euzébio de Azevedo, p. 134

FARRAPO, Manuel da Costa, p. 135

FERRAZ, Belchior Craveiro, p. 136

FERRAZ, José Craveiro, p. 137 - 138

FERREIRA, Agostinho, p. 467

FERREIRA, Antônio de Souza, p. 527

+FERREIRA, Antônio Valentim, p. 468

+FERREIRA, Bernardo Alvares, p. 139

FERREIRA, Gonçalo, p. 528

FERREIRA, Gonçalo Miguel, p. 140

FERREIRA, João Gonçalves, Ten., p. 141

FERREIRA, João de Sousa, p. 142

+ FERREIRA, Luís, p. 143

FERREIRA, Manoel Araújo, p. 529

FERREIRA, Manoel Coelho, Cap., p. 144

+ FERREIRA, Manuel de Sousa, p. 145

FERREIRA, Pedro Machado, p. 146

+ FERREIRA, Pedro Paulo, p. 530

+ FERREIRA, Simplício Alvares, p. 147

+ FIEILO, Manuel Luis, p. 148

FIGUEREDO, Gregório Luís de, p. 531

FIGUEREDO, João Pereira de, p. 149

FONTELES, Bibiana Ferreira, p. 150

FONTELES, Manoel Ferreira, Cap. 151

FONTELES, Manuel Pereira, Cap. p. 152

FONTELES, Tomé Ferreira, Cap. p. 153

FREIRE, Jerônimo Machado, Cel. p. 154 - 173

FREIRE, José Lopes, p. 532

FREIRE, Manuel Brito de, p. 174

+FREIRE, Rita Machado, p. 175

FREITAS, Manuel do O de, p. 176

FROTA, Felipe Gomes da, p. 533

GALVÃO, Estêvão Lopes, p. 177 - 178

GAMA, Félix da, p. 179

+GERALDO, Felipe, p. 534

+GOMES, Cipriano, p. 469

GOMES, Joaquim dos Reis, p. 180

+GOMES, José, p.535

+GONÇALVES, Anatólia, p. 181

GONÇALVES, Bento Antônio, p. 536

+GONÇALVES, Estêvão, p.537

GRAÇA, José Pereira da, p. 182

GUIMARÃES, Antônio José Ribeiro, p. 183

GUIMARÃES, Antônio Ribeiro, p. 184

GUIMARÃES, Jerônimo de Freitas, p. 185

HOLANDA, Antônio Alvares de, Cap-Mor, p. 186

HOLANDA, Sebastião Alvares de, Sgt-Mor, p. 187 -188

+JESUS, João Gomes de, p. 189

+JESUS, Manuel de, p. 538

+JESUS, Maria Francisca de, p. 190

JESUS, Pedro Serafim de, p. 191

JESUS, Tereza de, p.192

LACERDA, José de Almeida de, p. 193
LAGO, Antônio Rodrigues de, p. 615
+LEAL, José Teixeira, p. 194
LEAL, Manoel de Sousa, p. 195
LEAL, Vidal Rodrigues, p. 196
LEÃO, José de Prado, p. 470
LEDO, José de Oliveira, p. 197
LEITÃO, Francisco Bastos da Fonseca, p. 198
LEITÃO, Francisco Martins, p. 199
LEITÃO, José Dias, p. 539
LEITÃO, José Rodrigues, Cap. p. 200
LEMOS, João Gonçalves, p. 201
LEMOS, José Pereira de, p. 471
LIMA, Antônio Luís de, p. 202
+ LIMA, Brás Gomes de Abreu, p. 472
LIMA, Domingos Gonçalves, p. 203
+ LIMA, Domingos Rodrigues, Cap. p. 204 - 205
LIMA, Gregório de Freitas, p. 540
LIMA, Miguel Álvares, Ten. p. 206
LIMA, Miguel Fernandes, Cap., p. 207 - 208
+ LINHARES, Anselmo Gomes, p. 209
LINHARES, Diogo Álvares, Cap. p. 210
LINHARES, Dionízio Álvares, p. 211
LINHARES, Domingos da Cunha, p. 212
LINHARES, Florêncio Gomes, p. 213
LINHARES, Francisco Álvares, p. 214
LINHARES, Inácio da Cunha, Cap-Mor., p. 616
LINHARES, José Álvares, p. 215
LINHARES, Manuel da Cunha, Cap., p. 216
LINHARES, Sebastião Álvares, p. 541
LINS, Dona Rosa Maria, p. 217

LIRA, Antônio Correia de, p. 542
+ LOPES, Manuel de Amorim, p. 473
LOURENÇO, Manuel Correia, p. 218
MACEDO, Manuel Pinto de, Cap., p. 219 - 220
MACHADO, José da Costa, p. 543
MACIEL, Antônio Carvalho, p. 544
MACIEL, Francisco Barbosa, p. 221
MACIEL, Inácio Soares, p. 222
MACIEL, João Soares, p. 223
+ MADALENA, Maria, p. 224
MADEIRA, Sebastião Dias, p. 225
MAGALHÃES, Antônio Rodrigues, Ten., p. 226
+ MAGALHÃES, Antônio de Souza, p. 545
+ MAGALHÃES, Bárbara Rodrigues, p. 227
MAGALHÃES, Domingos Álvares, p. 228
MAGALHÃES, Francisco Rodrigues, p. 229
MAIA, Manuel de Souza, Sgt-Mor., p. 230 -232
MALHEIROS, João Álvares, p. 474
+ MARIA, Francisco de Jesus, p. 233
+ MARINHO, Inácio, p. 234
MARINHO, Zacarias de Souza, Sgt-Mor, p. 235
+ MARQUES, Ana Maria de, p. 236
MARQUES, Antônio Joaquim, Cap - Mor., p. 237
+ MARQUES, Domingos, p. 238
MARQUES, João Rodrigues, Ten., p. 239
+ MARQUES, Ventura, p. 240
MATOS, Amador Soares de, p. 241
+ MATOS, José Madeira de, p. 617
+ MATOS, Maria Madeira de, p. 243
MATOS, Manuel Madeira, p. 242

+MEDEIROS, João Borges, p. 546
MEDEIROS, Paulo Joaquim, p. 547
+MELGAÇO, José Rodrigues, p. 244
MELO, Duarte de Albuquerque, Cap.-Mor, p. 245
MELO, Estevão Ferreira de, p. 246
+MELO, Estevão Filho de, p. 247
MELO, João da Cunha de, p. 248
MELO, José Gonçalves, p. 249
+MELO, Manoel Vieira de, p. 548
+MELO, Manuel Francisco de, p. 250-251
MELO, Manuel Gomes de, p. 475
MELO, Valério Ferreira de, p. 549
+MENDES, Inácio, p. 252
MENDONÇA, Antônio Ferreira de, 253
MENDONÇA, Antônio Furtado de, p. 550
MENDONÇA, José Furtado de, p. 254
+MENDONÇA, José Lopes de, p. 255
MENDONÇA, Manuel Ferreira de, p. 256
MENEZES, Francisco Teles de, p. 257
MENEZES, Joaquim Teles de, p. 258
MESQUITA, Antônio Pinto de, Cap-Mor., p. 259 - 261
MESQUITA, João Ponciano, p. 262
MESQUITA, Manuel Pinto de, Cap-Mor., p. 263 -264
MESQUITA, Miguel Pinto de, Cap ., p. 265
MONTE, Pedro José do, p. 266
MONTEIRO, Caetano Soares, p. 267
MONTEIRO, José Vicente Alvares, p. 268
MORAIS, Roque da Costa, p. 269
MORATO, Francisco Caetano da Cunha, p. 270
+MOTA, Nicácio da, p. 551
MOURA, Agostinho Moreira de, p. 271

+MOURA, José Gomes de, p. 552
NASCIMENTO, Antônio Pereira do,p. 553
NASCIMENTO, Antônio Rodrigues do, p. 554
+NASCIMENTO, Inácio do, p. 273
NASCIMENTO, José Luís do,p. 274
NASCIMENTO, Manoel José do, p. 275-276
+NASCIMENTO, Manoel Lopes do, p. 277
+NASCIMENTO, Manuel Cardoso do, p. 278
NASCIMENTO, Manuel Gomes do, Cap-Mor., p. 279
NEGRÃO, José de Moura, p. 476
+NEGREIROS, Francisco Duarte de, p. 280
NEGREIROS, Matias Vidal de, Ten. p. 281
NEPOMUCENO, João Félix de, p. 282
+NEVES, Antônio José das, p. 555
NOGUEIRA, Luzia, p. 283
NUNES, Manoel, p. 284
+NUNES, Manuel José, p. 556
OLIVEIRA, Ana de, p. 285
+OLIVEIRA, Antônia Ferreira de, p. 557
+OLIVEIRA, Antônio Gomes de, p. 477
OLIVEIRA, Antônio José de, p. 558
+OLIVEIRA, Antônio Luís de, p. 286
OLIVEIRA, Antônio Mendes de, p. 559
+OLIVEIRA, Bartolomeu Francisco de, p. 560
OLIVEIRA, Bernardo Francisco de, p. 287
OLIVEIRA, Félix José de Souza, p. 288
OLIVEIRA, Francisca Xavier de, p. 289
+OLIVEIRA, Francisco de, p. 290
OLIVEIRA, Jacinto Gomes de, Alferes, p. 618
+OLIVEIRA, João Pereira de, p. 291
OLIVEIRA, Joaquim Teixeira de, p. 292

OLIVEIRA, José da Rocha de, p. 561
OLIVEIRA, José Rodrigues de, p. 293
OLIVEIRA, Manoel Gomes de, p. 294
+ OLIVEIRA, Manuel de Sousa de, p. 295
OLIVEIRA, Manuel Teixeira de, p. 296
OLIVEIRA, Manuel Vaz de, p. 297
OLIVEIRA, Pedro Luís de, p.562
+ PAES, Joaquim Dias, p. 298
PAES, Manuel Ribeiro, p. 563
PANTOJA, José Rodrigues, p. 299
PARENTE, Inácio Gomes, p. 300
PASCOA, Antônio José da, p. 301
+ PASCOA, José Francisco da, p. 564
PASSOS, Antônio Brito, p. 303
PASSOS, João Fernandes, p. 304
PASSOS, Joaquim de Brito, p. 305
PASSOS, José de Brito, p. 306
PEDROSA , Joaquim Gomes, p. 307
PENHA, Antônio Diniz, p. 308
PENHA, Félix Diniz, p. 309
PENHA, José Diniz, p. 310
PESSOA, José Tavares, p. 302
PENHA, Miguel Diniz, p. 311
+ PEREIRA, Alexandre, p. 312
+ PEREIRA, Antônio, p. 313
PEREIRA, Antônio da Cunha, p. 314
+ PEREIRA, Belchior Gonçalves, p. 315
PEREIRA, Domingos Álvares, p. 316 -317
+ PEREIRA, Francisco Antônio, p. 318
+ PEREIRA, Francisco Chaves, p. 565
PEREIRA, João Bernardo, p. 566
PEREIRA, João Dias, p. 319

PEREIRA, João da Mota, Ten., p. 320

\+ PEREIRA, José Sá, p. 321

+ PEREIRA, José da Silva, p. 322

\+ PEREIRA, Luís Barbosa, p. 567

PEREIRA, Manuel Gonçalves, p. 323

\+ PEREIRA, Manuel da Rocha, p. 568

+ PEREIRA, Maria Álvares, p. 324

\+ PEREIRA, Maria da Assunção, p. 325

PEREIRA, Nazário, p. 326

\+ PEREIRA, Pantaleão, p. 327

PEREIRA, Sebastião, p. 328

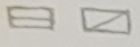
PEREIRA, Veríssimo Tomás, p. 329

+ PESSOA, João de Sá, p. 330

PESSOA, Manoel Barroso, p. 331

PIMENTEL, Luís de Sousa, p. 569

PINHEIRO, Antônio Miguel, p. 332

 PINTO, João de Mesquita, Ten., p. 333 - 334

PINTO, José Antônio, p. 335

PINTO, Manuel Álvares de Farias, p. 336

PINTO, Manuel Santiago, Alferes, p. 337

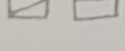
PINTO, Manuel Teixeira, p. 338

PODEROZO, Antônio Gomes, p. 478

PONTE, José Ferreira, p. 570

+ PONTE, Manuel Ferreira da, p. 339

PONTE, Pedro Ferreira da, p. 340

 PONTE, Vicente Ferreira da Ten-Cel. p. 341

PRADO, José Luís Vieira do, p. 342

PRAZERES, Lourenço da Costa dos, p. 343

REIS, Baltazar Rodrigues dos, p. 344 - 345

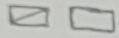
REIS, Felix Tinoco, p. 346

RIBEIRO , Antônio José , p. 347
RIBEIRO, Geraldo José, p. 572
+ RIBEIRO, José Ferreira, p. 573
RIBEIRO, José de Sá, p. 574
RICARDO, Sebastião Duarte, p. 575
ROCHA, Antônio Francisco da, p. 348
+ ROCHA, Cosmo Pereira, p. 576
ROCHA, Domingos Rodrigues, p. 577
ROCHA, Francisco Bernardes, p. 349, 350
+ ROCHA, Januário da, p. 351
ROCHA, José da, p. 352
ROCHA, Manuel Jaques da, p. 353
ROCHA, Nicolau da Silva, Ten., p. 354
+ ROCHA, Venceslau da, p. 355
RODRIGUES, Antônio, p. 356
+ RODRIGUES, Cipriano, p. 357
RODRIGUES, Francisco de Borges, p. 579
RODRIGUES, Isabel Barbosa, p. 358
+ RODRIGUES, João, p.580
RODRIGUES, Ludovico, p. 581
RODRIGUES, Luis Máximo, p. 582
+ RODRIGUES, Manuel , p. 359
RODRIGUES NETO, Casimiro, p. 360
ROSA, Antônio Gonçalves, p. 361
ROSA, João Gonçalves, p. 479
ROSA, José Gonçalves, p. 583
ROSA, Lourenço Gonçalves, p. 362
ROSILANDES, José da Costa, p. 363
SA, Antônio de, p. 364
SA, Antônio Alvares de, p. 365

+ SÁ, Antônio da Costa de , p. 585
SÁ, Antônio Pereira de, p. 366
SÁ, Félix de, Alferes, p. 367
+ SÁ, Francisco de Azavedo de, p. 368
+ SÁ, Helena de, p. 369
+ SÁ, Inácio Pereira de, p. 586
SÁ, José de, p. 370
SÁ, José Álvares de, p. 371
+ SÁ, José Gomes de, p. 372
+ SÁ, Manoel de, p. 373
+ SÁ, Maria Madalena de, p. 374
+ SÁ, Serafim de, p. 375
SALGUEIRO, José Gomes, p. 480
+ SAMPAIO, João Teixeira , p. 587
+ SANTANA, Antônio José de , 588
SANTANA, Cosmo José de, p.589
SANTA ROSA, Félix Ferreira de, p. 376
SANTOS, Antônio Enzébio Martins dos, p. 377
SANTOS, Antônio Ferreira dos, p. 378
SANTOS, Antônio Furtado dos, Cap. p. 379
SANTOS, Antônio José dos, p. 380 -381
SANTOS, Antônio Pereira dos, p. 590
SANTOS, José Luís dos, p. 591
+ SANTOS, Josefa Maria dos, p.382
+ SANTOS, Manuel dos, p. 383
+ SANTOS, Manuel Fernandes dos, p. 384
SANTOS, Manuel Martins dos, p. 385
+ SANTOS, Pedro dos, p. 386
SEIXAS, Antônio Francisco, Cap. p. 387
+ SILVA, Alberto da Costa, p. 592

SILVA, Alexandre de Albuquerque, Ten, p.388
SILVA, Alexandre Pereira da, p. 593
SLVA, André Tavares da, 389
SILVA, Antônio Pereira da, p. 390
SILVA, Antônio Ribeiro da, p. 391
SILVA, Apolinário de Albuquerque, p. 392
SILVA, Felipe Ribeiro da, Alferes, p. 393
+ SILVA, Félis Cardoso da, p. 394
+ SILVA, Florêncio Pereira da, p. 395
+ SILVA, Francisco Gonçalves da, p. 396
SILVA, Joana Correia da, p. 397
SILVA, João Gomes da, p. 398
+ SILVA, João Pereira da, p. 399
SILVA, Joaquim Carneiro da, p. 400
SILVA, José Gomes da, p. 401
SILVA, José Morais da, p. 594
SILVA JUNIOR, Manuel Vaz da, p. 598
+ SILVA, Leandro Gomes da, p. 595
+ SILVA, Lourenço Rodrigues da, p. 596
SILVA, Manuel de Mendonça, p. 402
SILVA, Manuel Nunes da, p. 403-
+ SILVA, Manuel Vaz da, p. 597
SILVA, Nicácio de Aguiar, p. 481
SILVA, Pdero Bezerra de, p. 404
SILVA, Serafim Gomes da, p. 405
SILVEIRA, Inácio Rodrigues da, p. 406
SILVEIRA, Luciano da Costa, p. 407
+ SOARES, Ângelo Pinto, p. 408
SOARES, José Pereira, p. 409
+ SOARES, Lourenço Pereira, p. 410
+ SOARES, Manuel Pereira, p. 411

+ SOUSA, Antônio Gonçalves de, p. 482
+ SOUSA, Bartolomeu de, p. 599
SOUSA, Francisco José de, p. 412
SOUSA, Francisco de Moura e, p. 413
SOUSA, Joaquim Gomes de, p. 414
SOUSA, José de Farias, Alferes, p. 415
SOUSA, José Ferreira de, ten., p. 416
SOUSA, José Izaías de, p. 417
SOUSA, Luis Pereira de, p. 600
+ SOUSA, Manoel de, p. 601
+ SOUSA, Pedro de, p. 602
+ SOUSA, Quirino Cordeiro de, p. 603
SOUZA, Antônio de Carvalho e, Cap., p. 418
SOUZA, Antônio Domingos Inácio de, Ten., p. 419
SOUZA, Francisco Antônio de, p. 604
SOUZA, Jerônimo de, p. 483
SOUZA, Joaquim da Costa, p. 420
SOUZA, Manuel Pereira de, Cap., p. 421
SOUZA, Manuel Rodrigues da Silva, p. 422
SOUZA, Quitéria Maria de, p. 423
+ SOUTO, Manuel Ferreira, p. 605
SOUTO MAIOR, Miguel da Cunha Ferreira, Cap., p. 424
SUDERE, Vicente Pereira, p. 425
TEIXEIRA, Amaro Leite, p. 426
TEIXEIRA, Joaquim José, p. 606
+ TEIXEIRA, José Duarte, p. 427
TEIXEIRA, José Rodrigues, p. 428
+ TEREZA, Maria de Jesus, p. 429
TINOCO, Manuel da Silva, p. 430
TOMAS, Antônio, p. 607

TOMAS, Gonçalo Antônio, p. 431
+ TORRES, Ana Ferreira, p. 432
TORRES, Angélica Pereira, p. 433
TORRES, Félix Ferreira, Cap., p. 434
TORRES, Francisco Alvares, p. 484
TORRES, José Alvares, p. 435
TORRES, Lourenço Martiniano de, p. 436
UCHOA, José de Sousa, p. 437
UCHOA, José de Xerez Furna, Cap-Mor, p. 608
VALENTE, Pedro Barroso, p. 438
VASCONCELOS, Antônio Mendes de, p. 609
VASCONCELOS, Francisca Maria de, p. 439
VASCONCELOS, Gregório José de Torres, p. 440
 + VASCONCELOS, Inês Madeira de, 441
VASCONCELOS, José de Araújo p. 610
VASCONCELOS, Manuel Ferreira de, p. 442
VASCONCELOS, Manuel Francisco de, Sgt-Mor, p. 443
VASCONCELOS, Manuel de Moura de, p. 444
VASCONCELOS, Mateus Mendes de, p. 445 - 446
VASCONCELOS, Tomé Ximenes Madeira de, Cap., p. 611
VIANA, Joaquim Marques, Cap-Mor., p. 447
+ VIEIRA, Plínio, p. 448
VILA NOVA, João Alvares de, p. 449
VITURINO, Antônio Manuel, p. 450
XAVIER, Francisco Pereira, p. 451
XAVIER, Inácio Francisco, p. 452
XAVIER, José Inácio, Alferes., p. 453
XEREZ, Francisco José, p. 454
XEREZ, Luís de Souza, Alferes, p. 455